

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fernanda Lahm Martins

ELEMENTOS DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964) NO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DESCRITIVA

Santa Maria, RS
2023

Fernanda Lahm Martins

ELEMENTOS DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964) NO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DESCRITIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Günther Richter Mros

Santa Maria, RS
2023

Fernanda Lahm Martins

ELEMENTOS DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964) NO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DESCRITIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovada em 01 de fevereiro de 2023:

Günther Richter Mros, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)

José Renato Ferraz da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho marca o final de uma jornada bela e por horas árdua de graduação, na qual entrei enquanto menina e estou me despedindo enquanto mulher. A universidade pública transforma, instiga o pensamento crítico e a inconformidade. Serei eternamente grata por ter o privilégio de passar por essa experiência.

Aos meus pais, Gilda e Evaristo, agradeço por todo o apoio que recebi durante esses anos. Sem o suporte recebido nada disso teria sido possível; vocês foram essenciais para a formação de meu caráter e pela minha educação. A minha dinda Silvana e minha prima Duda, por todo o carinho incondicional que temos uma pela outra, que é como um abraço quente em um dia frio, que traz aconchego e alívio.

Agradeço às minhas amigas de longa data que me acompanham desde o colégio e nunca me deixaram desistir: Kamila, Julia's, Vitória, Marina, Mariana e Emily. Crescer com vocês tem sido incrível! Cada uma em seu ritmo, com respeito e apoio. Agradeço ao Diogo, meu amigo tão cuidadoso, batalhador e que me inspira tanto. Agradeço aos amigos que fiz durante o curso, Carolina Ruckert, Carolina Ravanello, Matheus, Pedro e Valentina, por todos os momentos tão felizes e trocas tão verdadeiras que ficarão marcadas em minha memória. Sem vocês não teria graça!

Finalizo meus agradecimentos com saudosismo, lembrando de todos os professores e profissionais que fizeram parte dessa trajetória. Vocês fazem a diferença todos os dias. Agradeço em especial ao meu orientador, Günther Mros, por ter aceitado meu pedido de socorro e me orientar nesse trabalho que foi bastante desafiador. O que parecia um monstro de sete cabeças foi vencido. Terminar essa etapa me traz uma enorme felicidade e satisfação. Somos todos capazes, podemos e devemos buscar a evolução constante.

RESUMO

ELEMENTOS DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964) NO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DESCRITIVA

AUTORA: Fernanda Lahm Martins
ORIENTADOR: Günther Richter Mros

A Política Externa Independente (PEI), formulada sob os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), projetou um Brasil independente aos blocos ideológicos predominantes em um período inusitado de Guerra Fria, em que o comum e o esperado era se aliar a um dos blocos. Apostava-se na política externa como provedora dos meios para a superação dos principais desafios do subdesenvolvimento, assim como se buscava a promoção da justiça social. Identifica-se na política de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente que governou o Brasil entre 2003 e 2010, diversas similaridades com os ideais defendidos pela PEI. Compreendendo-se uma oportunidade de contribuir ao tema indo além da esfera de análise nacional, o presente trabalho se propõe, utilizando-se da descrição histórica dos fatos, a identificar possíveis continuidades da PEI durante o Governo Lula sob três níveis de análise. Constituindo a variável interveniente do trabalho, contextualizam-se os períodos propostos quanto ao nível de Sistema Internacional vigente e suas principais dinâmicas. Enquanto variável independente apontam-se as crises políticas e econômicas que recaíram sobre ambos os governos. Como variável dependente, investigam-se quais foram as decisões tomadas pelos governantes frente às crises instauradas, levando em conta os limites de cada período e buscando o apontamento de similaridades ou rupturas entre as decisões. Apesar de inovarem no discurso, Jânio Quadros e João Goulart não conseguiram angariar grandes mudanças concretas para o Brasil, e ainda despertaram o temor comunista no país, que sofreu uma intervenção em 1964, sob forte influência americana. Sobre o espectro do mundo globalizado e de economias interligadas, percebemos no governo de Lula condições mais favoráveis à aplicação dos conceitos lançados pela PEI.

Palavras-chave: Política Externa Independente. Governo Lula. Crises. Autonomia.

ABSTRACT

ELEMENTS OF INFLUENCE OF THE INDEPENDENT FOREIGN POLICY (1961-1964) IN THE LULA GOVERNMENT (2003-2010): A DESCRIPTIVE HISTORICAL ANALYSIS

AUTHOR: Fernanda Lahm Martins
ADVISOR: Günther Richter Mros

The Independent Foreign Policy (PEI), formulated under the governments of Jânio Quadros and João Goulart (1961-1964), projected a Brazil independent from the predominant ideological blocs in an unusual period of the Cold War, in which the common and expected thing was to ally with to one of the blocs. There was a commitment to foreign policy as a provider of the means to overcome the main challenges of underdevelopment, as well as the promotion of social justice. It is identified in the policy of Luiz Inácio Lula da Silva, former president who governed Brazil between 2003 and 2010, several similarities with the ideals defended by the PEI. Understanding an opportunity to contribute to the theme going beyond the sphere of national analysis, the present work proposes, using the historical description of the facts, to identify possible continuities of the PEI during the Lula Government under three levels of analysis. Constituting the intervening variable of the work, the standard periods are contextualized in terms of the level of the current International System and its main dynamics. As an independent variable, point out the political and motivated crises that fell on both governments. As a dependent variable, it is investigated which were the decisions taken by the rulers in the face of the established crises, taking into account the limits of each period and seeking to point out similarities or ruptures between the decisions. Despite innovating in their discourse, Jânio Quadros and João Goulart were unable to bring about major concrete changes for Brazil, and even aroused communist fear in the country, which underwent an intervention in 1964, under strong American influence. On the spectrum of the globalized world and interconnected economies, Lula's government fought for more acceptable conditions for the application of the concepts launched by the PEI.

Keywords: Independent Foreign Policy. Lula government. Crises. Autonomy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O SISTEMA INTERNACIONAL	12
2.1	OS CONDICIONANTES DO SISTEMA INTERNACIONAL: PERÍODO DA PEI	12
2.1.1	A Segunda Guerra Mundial e o impulso para novos conflitos	12
2.1.2	Tensão bipolar e o início da Guerra Fria	15
2.1.3	A segunda Guerra Fria	19
2.1.4	A arquitetura do Sistema Monetário Internacional	20
2.2	AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL: PERÍODO GOVERNO LULA	21
2.2.1	Novos atores e a globalização	21
2.2.2	O avanço da ideologia neoconservadora nos EUA	23
2.2.3	A Doutrina Bush e o declínio hegemônico dos EUA	25
2.2.4	A crise do Sistema Financeiro Internacional	27
3	AS CRISES QUE RECAEM SOBRE O GOVERNO BRASILEIRO	30
3.1	CRISES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: PERÍODO DA PEI E ANTECEDENTES	30
3.1.1	Nacionalistas contra entreguistas	30
3.1.2	Cuba se torna um país socialista	31
3.1.3	Os ensaios para o golpe de 1964	33
3.1.4	Falta de investimento	35
3.1.5	Processo inflacionário	37
3.2	CRISES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: PERÍODO DO GOVERNO LULA	38
3.2.1	Crise neoliberal	38
3.2.2	Lançamento da ALCA	30
3.2.3	Crise do Mercosul	41
3.2.4	Impasse da rodada de Doha	42
3.2.5	Da crise do subprime à crise internacional	43
4	OS TOMADORES DE DECISÃO	45
4.1	ATORES E DECISÕES DURANTE O PERÍODO DA PEI	45
4.1.1	Projeto nacional-desenvolvimentista	45

4.1.2 A busca por capital estrangeiro	47
4.1.3 Autonomia pela distância	49
4.1.4 Goulart e o Plano Trienal	51
4.1.5 Mudança na formulação da PEI	53
4.2 ATORES E DECISÕES DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO LULA	55
4.2.1 Do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo	55
4.2.2 Autonomia pela diversificação	58
4.2.3 Coalizões Sul-Sul	59
4.2.4 Integração Regional	60
4.2.5 Medidas quanto à crise	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos geopolíticos ao redor do mundo exercem influência não apenas na política externa dos Estados, como na delimitação das políticas nacionais. O século 20 foi marcado pelas Grandes Guerras e pela posterior Guerra Fria, movimentos estes que transformaram completamente o Sistema Internacional (SI). A Guerra Fria dividiu o mundo em uma dinâmica de competição entre o bloco capitalista e socialista, o que reverberou diretamente na política e na sociedade brasileira.

Surge, nesse contexto, a formulação de uma Política Externa que projetava o país como independente aos blocos políticos. A Política Externa Independente (PEI) é, até os dias de hoje, considerada como uma grande inovação no discurso brasileiro, se identificando possíveis semelhanças em alguns elementos nas ações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país de 2003 a 2010. Os estudos que se dedicam a analisar a PEI (1961-1964) e o governo Lula, se limitam, em sua maioria, ao nível nacional. Ao perceber a oportunidade de explorar o tema sob diferentes níveis de análise, o presente trabalho busca contribuir com os estudos sobre a continuidade da Política Externa Independente num mundo globalizado, tendo como viés os tomadores de decisão frente às crises políticas e econômicas que recaíram sobre os seus governos.

No presente trabalho, a formulação da PEI é compreendida como uma resposta às crescentes mudanças no cenário internacional, de modo a posicionar o Brasil à frente das ideologias dominantes, projetando o país para além da posição de dependência dos Estados Unidos. Vinentini (1994, p. 31) afirma que a postulação da PEI visava atender as necessidades político-sociais internas do país, em um momento de maior urbanização e ampliação das massas populares, aflorando um forte sentimento nacionalista que legitimava o poder do Estado enquanto representante dos interesses coletivos.

Por sua vez, se fazia vigente no âmbito econômico brasileiro o projeto nacional-desenvolvimentista, que enxergava na política externa do país “os meios para se viabilizar a suplantação ou a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento, ou ao menos para a superação do subdesenvolvimento” (MANZUR, 2014, p. 172). Esse projeto buscava angariar meios para a crescente industrialização brasileira, sobretudo por meio da barganha internacional.

Enquanto no período da Política Externa Independente - marcado pela Guerra Fria - os países em desenvolvimento não possuíam margem de manobra no Sistema Internacional, no governo Lula, encontramos um Sistema multipolar, marcado pela globalização e pela interdependência. O Brasil da PEI era um país que enfrentava o desafio de diversificar seu modelo de desenvolvimento econômico, com os Estados Unidos (EUA) ditando “as regras do jogo” e sendo o principal credor brasileiro. No período de Lula, existiam novos desafios, com o país já inserido nas novas dinâmicas da globalização.

A PEI postulou um afastamento dos Estados Unidos, uma pausa no alinhamento automático que vinha acontecendo nos anos anteriores. Para Henrique Altemani De Oliveira (2017, p. 232), “o país só poderia alcançar maior expressão internacional e promover seus interesses se mantivesse um distanciamento em relação aos Estados Unidos”. Em meio a um mundo dividido, essa posição de distanciamento gerou uma polarização de opiniões, que segundo Manzur (2014, p. 171), foi um dos fatores que levaram à queda do regime democrático: “uma vez que os grupos sociais e econômicos prevalentes na sociedade [...] encontravam vasta justificação para a adesão ao bloco ocidental em detrimento de qualquer autonomia”.

Enquanto a PEI era marcada pela busca de autonomia pela distância dos principais atores do Sistema Internacional, no governo Lula, esse termo é substituído pela autonomia pela diversificação. Em um mundo globalizado, acreditava-se que o país se beneficiaria da aproximação com outros países em desenvolvimento, por meios de alianças Sul-Sul. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283), essa postura reduziria as assimetrias frente aos países do Norte, reunindo forças e aumentando a capacidade de barganha do grupo.

Outro elemento importante no presente trabalho são as transformações do comércio internacional. Até o período anterior as Grandes Guerras não haviam instituições reguladoras das trocas comerciais, que aconteciam em sua maioria de maneira bilateral. As primeiras instituições reguladoras foram firmadas em 1944, de modo a promover o livre-comércio entre as nações. Já com o fim da Guerra Fria, em meados de 1990, o Sistema Internacional assistia a emergência de diversos novos atores, com um aumento exponencial das redes de troca e o início da globalização financeira.

O comércio internacional passa a ocupar um papel de destaque no cenário político-econômico mundial, possibilitando a mudança hierárquica dos Estados no Sistema Internacional - o que antes parecia quase impossível. Berringer (2014, p.35) adiciona que o processo de globalização financeira acabou por unificar as burguesias, havendo um processo de intensificação das disputas comerciais e políticas entre os Estados, como será abordado nos impasses nas rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O presente trabalho tem como principal objetivo identificar possíveis elementos de influência da Política Externa Independente, compreendida no período de 1961 a 1964, no governo Lula, compreendido no período de 2003 a 2010. Através do método de análise descritiva dos fatos históricos, se estabelecem três variáveis principais para a análise de ambos períodos. A variável interveniente de nossa pesquisa será o Sistema Internacional e suas principais dinâmicas. A análise no nível do Sistema Internacional tem como objetivo a avaliação de padrões e rupturas sistêmicas das relações mútuas entre os atores internacionais. Apesar de não ter relação direta com os governos analisados, o Sistema Internacional tem fator condicionante no que tange às crises que recaem sobre os governantes.

A variável independente abordada no presente trabalho são as crises econômicas e políticas que recaem sobre o governo da PEI e sobre o governo Lula - provenientes do Sistema Internacional vigente. Denomina-se independente, pois exerce caráter de transformação no governo, mesmo que não dependa da tomada de decisões dos chefes de Estado. A variável dependente utilizar-se-á das ações dos tomadores de decisão frente às crises instauradas. Ou seja, serão analisadas as ações dos principais atores de cada período mediante as dinâmicas que recaem sobre seus governos.

O trabalho está estruturado em três capítulos, onde a análise perpassa por ambos períodos delimitados. O primeiro capítulo é dedicado ao estudo dos condicionantes do Sistema Internacional, procurando-se esclarecer os principais atores, conflitos e transformações. O Sistema Internacional sofre grandes reveses após as Grandes Guerras, se instaurando um período de ordem bipolar (Guerra Fria), onde Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram os principais atores. Quando a Guerra Fria termina, as novas dinâmicas da

globalização trazem ainda mais complexidade ao Sistema Internacional. Além disso, é abordada a guinada americana à Guerra ao Terror e a crise do Subprime.

No segundo capítulo, são apontadas as principais crises político-econômicas e sociais que recaem do Sistema Internacional sobre o governo brasileiro. No período da PEI, ganha destaque a divisão interna da sociedade e opinião pública à respeito do posicionamento brasileiro frente à dicotomia capitalismo e socialismo; a falta de investimento decorrente de impasses com os EUA e o início de um processo inflacionário. No período Lula, destacamos a crise do neoliberalismo, o enfraquecimento do Mercosul e a fragilidade das organizações internacionais.

O terceiro capítulo é dedicado à análise das ações dos principais atores dos períodos analisados frente às crises apontadas. Sabendo os limites que o Sistema Internacional os constrange, serão investigadas as decisões tomadas, de modo a se apontar similaridades e rupturas em ambos os períodos.

2 O SISTEMA INTERNACIONAL

Para que seja possível refletirmos e analisarmos sobre a Política Externa Independente (PEI) e sobre o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, torna-se necessário trazer à luz dos fatos as principais questões que permeiam o Sistema Internacional vigente em ambos períodos. Tendo isso em vista, na primeira metade do capítulo se realizará uma revisão histórica de como o Sistema Internacional chegou à dinâmica bipolar da Guerra Fria, e na segunda metade, os adventos de um mundo globalizado.

2.1 OS CONDICIONANTES DO SISTEMA INTERNACIONAL: PERÍODO DA PEI

2.1.1 A Segunda Guerra Mundial e o impulso para novos conflitos

Os anos que se passaram desde o início da Primeira Grande Guerra Mundial até o final da Segunda Guerra ficaram conhecidos como uma Era de Catástrofe (HOBSBAWM, p. 14, 1995). Foram décadas marcadas pela queda de impérios coloniais, como a Grã-Bretanha e a França, por crises econômicas, sociais e políticas, por regimes totalitários e conflitos violentos, onde a democracia liberal e suas instituições beiravam o colapso. Entre a década de 1930 e 1940, uma aliança improvável se formou entre capitalismo e comunismo – embora temporária, para derrotar a Alemanha nazista (HOBSBAWM, 1995, p.15).

A Segunda Guerra teve caráter de guerra total, pois à Alemanha somente interessava a submissão absoluta de seus adversários, não aceitando-se a paz negociada e somente a rendição incondicional dos outros países. A ideologia nazista pregava que a raça alemã era superior e deveria, por direito, conquistar seu espaço vital. Em 1935, Adolf Hitler revela o que estava preparando há anos: O rearmamento da Alemanha, rompendo com o Tratado de Versalhes e traçando sua estratégia de dominação, a começar pela invasão à Polônia, em 1939. França e Grã-Bretanha então declararam guerra à Alemanha, em concordância com o acordo de proteção à Polônia, formando os Aliados.

Em 1941, Hitler começa a pôr em prática seu plano de derrotar o comunismo e o socialismo, que para sua doutrina, deveriam ser extintos. Em 22 de junho, iniciou-se a invasão da União Soviética, com a operação Barbarossa e, surpreendendo-os, os nazistas se aproximaram da capital em menos de cinco meses da invasão. Contudo, com um rigoroso inverno ao seu lado, os soviéticos

conseguem resistir e contra-atacar os alemães, impedindo o avanço das tropas nazistas e os fazendo regredir consideravelmente. Foi um grande marco para a Guerra, pois era a prova de que a Alemanha não era invencível. A URSS apesar de resistir com sua produção interna de recursos bélicos e militares, recebe ajuda dos EUA para o transporte de suas tropas.

Ainda em 1941, ao mesmo tempo em que os nazistas retiram suas tropas da URSS, o conflito se volta à região do Pacífico e o Japão ataca a base aero naval de Pearl Harbor, localizada no Havaí, território americano. O presidente americano Franklin Delano Roosevelt declara guerra ao Japão, rompendo com sua política de isolacionismo. Os americanos deixam de ser espectadores e passam a assumir um papel crítico na Guerra, formando a Grande Aliança entre Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, contra os países que constituíam o Eixo. Em conjunto, após tratativas, os países da Aliança decidem centrar seus recursos na Europa, para derrotar a Alemanha, considerada o principal inimigo.

A contenção das tropas nazistas nas terras soviéticas foi um marco importante, mas não significou perca da força nazista, que continuava focando seu poderio na frente oriental. Stalin pressionava então os aliados para que realizassem ataques à oeste. Hitler não acreditava que os soviéticos poderiam se recuperar tão rapidamente e ordenava que suas tropas continuassem avançando, almejando cegamente a conquista de Stalingrado. Sem perceber, as tropas alemãs entraram em uma grande armadilha, sendo cercadas pelos soviéticos. Essa foi uma das grandes batalhas da 2ª guerra, acabando com a rendição à URSS do que restou das tropas nazistas.

No lado ocidental, os Aliados lidavam com as forças nazistas no norte da África, se preparando para um ataque à Itália. Em 1943, começam a invasão por Sicília e Nápoles, no extremo sul italiano. Em virtude das derrotas, Benito Amilcare Andrea Mussolini é deposto pelo governo italiano, e os líderes dos aliados se reúnem em Teerã, capital do Irã, para tratar dos próximos passos da guerra. Stalin considerava insuficiente a invasão pelos Balcãs, e exigia que houvesse um segundo ataque pela França. Além disso, conseguiu que EUA e Grã-Bretanha consentissem a anexação da Polônia e novas fronteiras na Europa Ocidental. Assim, foi-se dividindo a Europa em dois polos. Em troca, Stalin promete declarar guerra ao Japão.

Com a guerra chegando ao fim na Europa, acontece a Conferência de Yalta em 1945, na Criméia, reunindo Roosevelt, Stalin e Winston Leonard Spencer-Churchill. Entre as pautas da conferência, estavam: A formação da Organização Mundial das Nações Unidas; o desmembramento da Alemanha, o futuro da Europa liberta e, além disso, foi acordado que países fronteiriços à URSS não deveriam possuir governos anti soviéticos, já que foi através destes que os nazistas invadiram a URSS (VIZENTINI, p. 37, 2004). Os EUA garantiram que em troca, após a guerra na Europa terminar, a URSS deveria declarar guerra ao Japão.

Ao mesmo tempo em que acontecia a conferência de Yalta, os exércitos soviéticos alcançaram Berlim. Sob o comando de Hitler, que ordenava que as suas tropas que não se rendessem e lutassem até seu último minuto, a Alemanha nazista era deposta, de modo irreversível. Não havia mais recursos materiais e humanos para se lutar contra o poderoso avanço soviético e com os ataques incessantes e uma Alemanha destruída, Hitler se vê finalmente sem saída e acaba pondo fim à sua vida. Em maio, o coronel-general alemão Alfred Josef Ferdinand Jodl oficializava a rendição da Alemanha nazista à URSS, pondo fim à guerra na Europa.

Embora já se pudesse notar polarização e os conflitos de interesse entre as duas potências ao longo dos anos, o mundo urgia por uma garantia de que nenhuma outra atrocidade como a Segunda Guerra aconteceria novamente. Em junho de 1945, ocorre a formalização da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de manutenção da paz e com a assinatura de mais de cinquenta nações, em uma carta com onze artigos, a Organização das Nações Unidas (ONU) teria como órgão máximo o Conselho de Segurança, composto por cinco membros permanentes e dez membros rotativos que deveriam manter a paz e a segurança internacional. Aos membros permanentes se garante o poder individual de veto.

Com o fim da guerra na Europa, reúnem-se novamente os principais líderes da Aliança na Conferência de Potsdam. URSS, Inglaterra e EUA, agora então representado pelo presidente Truman- que possuía uma postura muito mais rígida à Stalin, tratam sobre o futuro da Alemanha, totalmente acabada e destruída. Sem conseguir chegar a um exato consenso sobre seu futuro, decidem pela divisão da Alemanha em duas áreas de influência. A parte ocidental seria dividida em três, por EUA, França e Grã-Bretanha, enquanto o lado oriental ficaria sob influência da URSS. O mesmo acontece com a Polônia. Fica claro a existência de um conflito

ideológico a partir dessa divisão da Alemanha em zonas de ocupação. A URSS acreditava que a Alemanha deveria ser punida por meio da reparação de pagamentos e da desmantelamento de sua indústria. Já EUA, França e Grã-Bretanha temiam que, ao punir a Alemanha, pudesse se repetir o sentimento de vingança e revanche daquele nação, como ocorreu após a Primeira Guerra.

2.1.2 Tensão bipolar e o início da Guerra Fria

Nesse clima de bipartição, Truman comunica a intenção de utilizar sua mais nova arma nuclear contra os Japoneses à Stalin (TOTA, p. 417, 2006). Por conseguinte, os EUA lançam bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, consecutivamente, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945. Apesar dos americanos justificarem o uso das bombas como uma preocupação à vida de seus soldados, tendo em vista a determinação dos guerreiros japoneses, percebe-se como Truman, então presidente dos EUA, utilizava-se do ataque também para demonstrar ao mundo o poderio do seu país. Poucos dias depois, o Japão então se rende e põe fim ao conflito moderno mais violento já acontecido.

De fato, os líderes soviéticos estavam desconfiados das motivações americanas. Temia-se que o monopólio de poder nuclear fosse usado para forçar a URSS a fazer concessões e expelir seu controle para fora da Europa Oriental; o que iria diretamente de encontro ao que foi acordado em Yalta. O *efeito Irã* serviu para corroborar os temores soviéticos: em 1946, os EUA exigiram a retirada soviética do Irã, e se instalaram rapidamente após a retirada. Para um país que havia sofrido três invasões nas últimas décadas, essa era uma grande ameaça e ficava claro para a URSS que recuar em sua área de influência não era uma opção, pois representaria a existência de um inimigo potencial em suas fronteiras (VIZENTINI, 2007).

Os soviéticos e os americanos passaram a explorar o vácuo de poder que a Segunda Guerra deixou. A União Soviética passava a introduzir o seu regime às nações e territórios então ocupados na Guerra, além de tentar fortalecer os partidos comunistas nas nações ocidentais, como Itália, Grécia e França (ARNOLD; WIENER, 2012, p. 14 e 15). Enxergavam no capitalismo uma ameaça ideológica e física para o comunismo. Por outro lado, os americanos também reagiram à

ideologia comunista como uma ameaça ao capitalismo, à liberdade e à democracia. Como os soviéticos, tentaram pregar seus ideais ao restante do mundo.

Pode-se dizer que a Guerra Fria teve seu ápice de 1945 a 1989, e chegou a constituir um Sistema Internacional. As principais potências do mundo baseavam sua política externa tendo em vista o mundo bipolar, as políticas nacionais eram dominadas por discursos antagônicos, as crenças tendiam ao absoluto: o único sistema bom era o de um, o outro era intrinsecamente maligno (WESTAD, 2017, p. 12).

A ruptura fica clara em 1947, quando a Grécia e a Turquia estavam passando por guerras civis entre comunistas e monarquistas. Temendo a expansão da ideologia comunista, os americanos agem rapidamente, com o presidente Truman proclamando uma política de apoio e de reestruturação do mercado europeu. Surgiu então, em março, a chamada Doutrina Truman, em que os EUA começam a se intitular como os guardiões da democracia. A National Archives (2022) traz a Truman Doctrine (1947), que narra:

Não há outro país ao qual a Grécia democrática possa recorrer. Nenhuma outra nação está disposta e é capaz de fornecer o apoio necessário para um governo grego democrático. [...] Como no caso da Grécia, para que a Turquia tenha a assistência de que necessita, os Estados Unidos devem fornecê-la. Somos o único país capaz de fornecer essa ajuda. [...] Acredito que devemos ajudar os povos livres a elaborar seus próprios destinos à sua maneira. Acredito que a nossa ajuda deve ser principalmente através da ajuda econômica e financeira que é essencial para a estabilidade econômica e processos políticos ordenados. (Truman Doctrine, 1947, tradução nossa)

Em sequência a Doutrina Truman, foi lançado, em junho do mesmo ano, o Plano Marshall, um programa de recuperação econômica destinado às nações europeias, que concedia empréstimos a juros baixos, incentivando o comércio com os americanos. O programa obteve sucesso, embora tenha sido considerado pelos soviéticos uma grande ameaça e uma afronta à soberania dos países fragilizados - como uma maneira dos americanos ditarem políticas na Europa. Além disso, o plano Marshall contribuiu para perpetuar as diferenças entre a Europa Ocidental industrializada e o Leste agrário. A Doutrina Truman e o Plano Marshall ficaram conhecidos como episódios da “Política de Contenção”.

Como resposta às políticas americanas, em 1949 a URSS criava o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), que tinha como objetivo

estabelecer a cooperação econômica entre os países de ideologia socialista no Leste Europeu. Ainda no mesmo ano, foi fundada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que teve em sua essência a criação de um pacto de defesa, uma aliança político-militar contra possíveis agressões soviéticas, além de criar um “escudo atômico” sobre a Europa. Foram países fundadores da Otan: Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Portugal.

Em 1953, houve o falecimento de Stalin, acontecimento que mudou o cenário da Guerra Fria. A URSS de Nikita Khrushchev se dedica à uma política de âmbito mundial, implementando programas voltados ao Terceiro Mundo, com a visão de ultrapassar a influência americana. Em 1955, é arquitetado o Pacto de Varsóvia, um acordo militar entre os países socialistas do Leste Europeu e a URSS, que imprime poder de repressão a manifestações contrárias ao regime socialista, e além disso, oferecendo um “guarda-chuva nuclear” aos seus membros.

Essa disputa instaurada entre EUA e URSS perdurou por muito tempo e mesmo que nunca tenha se transformado em uma guerra direta entre as potências, marcou o período por crises internacionais e domésticas, que por fim, acabaram por sedimentar a distribuição de poder no sistema. No final da Segunda Guerra, a derrota Japonesa abriu espaço à uma disputa de poder na península coreana. Enquanto a URSS tomava o poder no norte, os EUA enviaram forças ao Sul. Essas duas zonas de influência acabaram por dividir a Coreia em dois: a República Popular Democrática da Coreia ao norte, apoiada por URSS e China, e a República da Coreia ao sul, com apoio americano.

Em 1950 inicia-se o conflito que ficou conhecido como a Guerra da Coreia, quando as tropas do norte surpreendem e invadem o sul. Cada Estado reivindicava o território total da Coreia. Com duração de 3 anos de conflito e mais de 3 milhões de mortes, foi o primeiro conflito direto envolvendo as grandes superpotências. Não houveram mudanças significativas no território e nem na política dos países. Um armistício foi assinado em 1953, restaurando a fronteira que existia antes da guerra.

Ao desenrolar da década de 1950, as duas superpotências coexistiram de forma mais pacífica, devido a uma série de mudanças no Sistema Internacional. A Europa Ocidental finalmente começava a se recuperar economicamente, sendo criada em 1957 a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que estabelecia um

mercado comum entre os países membros. Além disso, havia um processo de descolonização na África e na Ásia, fruto da politização que os organismos internacionais propulsionaram; e acima de tudo, o conflito Sino-Soviético, que iniciou uma desintegração do bloco oriental.

Todavia, em 1959, findou-se a Revolução Cubana, que derrubou o governo ditatorial de Fulgêncio Batista e implantou o regime socialista em Cuba. Sob comando de Kennedy, em 1961, os Estados Unidos arquitetaram ataques à ilha com o objetivo de desestabilizar o regime recém instaurado, o que ficou conhecido pelo plano de invasão da Baía dos Porcos. As tentativas foram, em sua maioria, frustradas, e de certa maneira, abriram espaço para a aproximação definitiva entre Cuba e URSS. Em 1962, Moscou reconheceu Cuba como país socialista, e logo em seguida, ordenou a instalação secreta de mísseis na ilha, que foram detectados pelos americanos e levaram o mundo a uma forte tensão - episódio que ficou conhecido como Crise dos mísseis. Kennedy exige a retirada dos mísseis, e Khrushchov aceita sob a promessa de que Cuba não mais sofreria ataques americanos (VIZENTINI, 2007), além de ser acordado a retirada de mísseis americanos dos territórios da Turquia e Itália.

A Crise dos Mísseis e a construção do Muro de Berlim, em 1961, contribuíram para que a existência pacífica entre as potências fosse levada ao seu limite. Nesse sentido, surgiram negociações para a limitação das armas nucleares. Em 1968, foi assinado o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que estabelecia que países que ainda não haviam realizado testes nucleares, deveriam renunciar o seu desenvolvimento. O Tratado foi criticado por muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento.

A descolonização afro-asiática teve início em 1946, nas Filipinas, e foi até meados de 1975, com a libertação das colônias portuguesas na África (ESCORREGA, 2015), dando início ao surgimento das questões do terceiro-mundo. A emergência de novas nações repercutiu sobre a configuração do Sistema Internacional, de modo dar início a um caráter de multipolaridade. Em 1961, houve a Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, em Bandung, na Indonésia. Conforme Fabiano Burkhardt:

Bandung foi o resultado de um esforço, por parte dos líderes dos novos Estados, de levar as premissas das lutas de independência para além das fronteiras nacionais [...] Os princípios aprovados na conferência incluíram respeito aos direitos humanos, respeito à integridade territorial e à soberania

dos Estados; respeito à igualdade racial e à igualdade entre nações; respeito ao direito de autodefesa, individual ou coletiva; recusa à intervenção e à interferência em assuntos internos de outros países; recusa ao uso da defesa coletiva em favor dos interesses de qualquer grande potência [...] (2012, p.31)

Apesar de ter perdido força devido a divergências internas, esse foi um movimento que representou aqueles países não alinhados à uma das potências no conflito bipolar e que buscavam por espaço no sistema Internacional. A descolonização foi acompanhada de uma retração no relacionamento dos EUA e URSS.

2.1.3 A segunda Guerra Fria

A fase de distensão ou “relaxamento” da Guerra Fria foi seguida de uma intensificação da competição entre as grandes potências. A ideologia neoconservadora ganha força nos Estados Unidos a partir da década de 1970. Em 1973, os americanos assinam um acordo de paz com os norte-vietnamitas, pondo fim a participação americana na guerra, que teve um enorme custo econômico e político. Em 1975, o norte-vietnãmita ataca novamente o sul, com os EUA se mantendo fora do conflito, de certa forma “permitindo” que o comunismo se espalhasse por outros países da Indochina (LOPES, 2015).

Em 1979, a URSS envia forças ao Afeganistão com o objetivo de apoiar o Estado socialista que tentava se instalar no país, que enfrentava oposição de fundamentalistas islâmicos. Em contrapartida, os EUA, que estavam sob a presidência de Ronald Reagan, lutaram ao lado dos islâmicos para derrotar as forças da União Soviética.

Após vencerem a URSS, ambos os adversários, Estados Unidos e Estado Islâmico, reforçam suas ideias de combatentes do mal. Os americanos passaram acreditar ainda mais no seu poder de acabar com tiranias e de levar democracia para demais Estados; enquanto o Estado Islâmico acreditava ter sido peça chave na destituição do exército soviético no Afeganistão. Contudo, é necessário ressaltar que a derrota das tropas soviéticas se deu principalmente pelo enfraquecimento interno do regime, no que diz respeito à economia e ao seu sistema político.

O novo dirigente soviético, Mikhail Gorbachev, fez uma série de alterações para tentar salvar o país da crise, propondo maior liberdade financeira, social e

política. Como resultado, contribuiu muito para o fim da URSS, pois a erosão ideológica gerou um impacto negativo nos Estados Satélites. A partir de 1988, quando a URSS começa a retirar suas tropas do Afeganistão, muitas manifestações começam a ocorrer na Europa Oriental. Diversos países começaram a declarar independência – como Ucrânia, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Alemanha e Bulgária.

O muro de Berlim foi derrubado em 1991, simbolizando o início da queda da URSS. Após o declínio do bloco, restaram como países socialistas apenas Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e China.

2.1.4 A arquitetura do Sistema Monetário Internacional

Até o período anterior as Grandes Guerras mundiais não existiam regimes comerciais internacionais institucionalizados, com as negociações acontecendo em sua maioria de maneira bilateral e privada. Com todas as consequências que as Guerras trouxeram, o comércio mundial quase entra em colapso. Ao final da Segunda Guerra, é firmado o acordo de Bretton Woods, que serve de base para uma ordem multilateral nas relações internacionais de comércio, além de estabelecer um sistema de taxas de câmbio relativamente fixas, tornando o dólar unidade contábil e padrão monetário para o Sistema Financeiro Internacional (SILVA, 2010, p. 35). Afinal, os Estados Unidos eram a principal nação credora no pós-guerra, contemplando a sua ascensão como hegemonia e declínio da Inglaterra.

Ainda na conferência de Bretton Woods, em 1944, quando países aliados se reúnem a fim de criar um ambiente de cooperação internacional, são estabelecidas três instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Internacional do comércio (OIC). Ao FMI se reservava a função de regular a política de câmbios e o financiamento aos países; ao BIRD prover o capital para o desenvolvimento econômico; já a OIC, supervisionar as negociações do comércio mundial. A OIC acabou por não vingar, e se firmou em seu lugar o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (SILVA, 2010, p. 48).

O GATT como fórum multilateral, se tornou uma agência internacional promovendo o livre-comércio entre os países, buscando a diminuição das barreiras comerciais. Entre seus princípios estavam o de não discriminação, de transparência,

reciprocidade e justiça. Inicialmente esse acordo serviria apenas de base para a criação da Organização Internacional do Comércio, mas acabou por vigorar por quatro décadas. O período entre 1944 e 1969 foi um período de elevada expansão econômica, com abundância de crédito para investimentos (SILVA, 2010, p. 40).

Logo nos anos iniciais do GATT, notou-se a insuficiência do acordo frente a diversos aspectos e áreas, e até mesmo dos seus princípios. O livre-comércio favorecia os países desenvolvidos, que eram altamente industrializados, enquanto aos países em desenvolvimento, voltados ainda aos produtos agrícolas, não se alteraram as medidas protecionistas existentes, praticadas por EUA e União Europeia. Logo no começo da década de 1980 já era claro que o GATT não mais representava o cenário do comércio mundial. Sua estrutura institucional não suportava mais as proporções do comércio atual e seu sistema de solução de diferenças também deixava a desejar.

2.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL: PERÍODO GOVERNO LULA

2.2.1 Novos atores e a globalização

Após praticamente cinquenta anos de um Sistema internacional marcado pela lógica da competição e acumulação de poder, com os países do norte ocupando papel central e do triunfo do capitalismo, tem início uma série de mudanças no cenário internacional, que por sua vez se torna mais amplo. Em conjunto com o fim da Guerra Fria, período que ficou conhecido como *Pax Americana*, em que os Estados Unidos ocupavam um papel de hegemonia no Sistema Internacional, pode-se perceber um período de transição à uma nova ordem, onde surgem novos fenômenos, como a globalização, formação de blocos regionais, emergência de novos países, além de se tornar pauta a interdependência..

Vale lembrar que o período que sucedeu a Guerra Fria não foi exatamente marcado pela paz. Continuaram a se suceder diversos conflitos em países que estavam à margem do protagonismo no Sistema Internacional, como trataremos em breve. Embora não tenha sido claro quando os Estados Unidos deixam de ocupar

um papel hegemônico, acabam surgindo diversos atores ao Sistema Internacional, com a China (com a Ásia Oriental) alcançando um crescimento econômico notável, além de surgirem outros polos de poder na periferia, como Índia, Brasil e Rússia - apontando para um sistema multipolar (VISENTINI, 2012, p. 270).

A inserção da óptica da economia acaba por revelar a possibilidade de mudança na hierarquia dos Estados no Sistema Internacional a partir da distribuição de poder variável, não só de movimentos políticos mas também econômicos. Entre as mudanças que o aumento do fluxo de capitais internacionais promoveu, estão o rápido desenvolvimento do programa de reforma chinês, que era marcado por uma estratégia exportadora agressiva, em conjunto com a obtenção de investimentos para alavancar a economia doméstica, em contrapartida com sua extensa fonte de mão de obra barata. (CARVALHO e CATERMOL, 2009, p. 234-255).

Conforme a pressão russa foi enfraquecendo no Leste Asiático, a China se tornou mais assertiva em suas relações com a orla Ásia-Pacífico. Além disso, na década de 1990, a China começa a diversificar sua pauta de exportação, passando a exportar produtos com maior grau tecnológico e valor agregado (CARVALHO e CATERMOL, 2009, p. 245), passando a ocupar um papel mais autônomo e de principal economia emergente no Sistema Internacional.

O comércio internacional passa a ocupar um papel de destaque no cenário político-econômico mundial, que passa a ser marcado por uma intensa rede de troca e investimento. Como principal forma de relação econômica entre Estados, a importância do comércio vai desde fonte de riqueza a exportador de valores a também abastecedor de deficiências de produtos domesticamente (GILPIN, 1987, p. 171-172). Devido ao alto grau de complexidade das questões, urge a necessidade de coordenação nas relações entre os países, surgindo a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, como uma tentativa de mediação e regulamentação.

Seja como harmonizador de interesses, seja como promotor de tensões políticas e vantagens econômicas, o comércio internacional é inquestionavelmente um elemento fundamental para as relações internacionais, ainda que a concepção desse papel varie de acordo com a abordagem de economia política que se parte. Como principal forma de relação econômica entre Estados, a importância do comércio vai desde fonte de riqueza a exportador de valores a também abastecedor de deficiências de produtos domesticamente (GILPIN, 1987, p. 171-172). A

Organização Mundial do Comércio (OMC) e o acordo que veio antes dessa – o GATT –, são apontados como algumas das principais estruturas político-econômicas responsáveis por esse processo de expansão e internacionalização comercial, assim como as consequências que os acompanham com a globalização.

A criação da OMC veio da necessidade de uma organização capaz de regulamentar o comércio e que também tivesse uma grande capacidade de adaptação, de forma a facilitar a aplicação de normas internacionais. Passa a abranger também acordos referentes ao progresso tecnológico e serviços. Entre suas principais funções estão a administração dos acordos comerciais, atuando como um fórum para que haja diálogo frente a possíveis disputas comerciais, além de auxiliar países em desenvolvimento, buscar a solução de controvérsias e cooperar com o Banco Mundial e o FMI.

Outro elemento que não pode ser deixado de lado é o da transformação do mercado, aqui, referindo-se diretamente ao papel da OMC e ao comércio internacional relacionado a essas estruturas. Frente essas transformações, denota-se a forma como os Estados aprendem e se adaptam a elas, ganhando e passando conhecimento sobre suas exceções e brechas. Nesse sentido, destaca-se o papel da China como desarticulador da concorrência clássica entre Estados, e a forma como rompeu com essas ideias e se tornou o principal parceiro comercial da grande maioria do mundo. Esse exemplo representa a forma como os próprios moldes do comércio e fórmula de sucesso se alteram e os Estados se adaptam (ou não, e essa determina a sua capacidade de mediação no sistema). Outro exemplo disso que dá forma a essas transformações é a mudança no modelo das empresas em poder: as empresas de produção de energia e os bancos do começo dos anos 2000 foram superadas pelas empresas de tecnologia e seu comércio virtual.

2.2.2 O avanço da ideologia neoconservadora nos EUA

Com o fim da Guerra Fria, questionava-se qual seria o papel dos Estados Unidos quanto ao Sistema Internacional. Ao mesmo tempo que se apostava em uma redução da presença e atuação internacional dos EUA, os neoconservadores americanos defendiam que o momento era oportuno para o avanço de seus interesses pelo mundo. Entre os principais elementos da ideologia neoconservadora

para a política externa americana, podemos destacar o seu caráter unilateral, ativo e internacionalista, sendo o oposto de uma postura isolacionista (TEIXEIRA, 2007, p. 82).

Esse posicionamento internacionalista neoconservador exibe índole nacionalista, oriunda de um forte sentimento patriótico e de aspiração a uma supremacia norte-americana. Essas intenções podem ser vistas a partir da necessidade constante de ampliar e modernizar as Forças Armadas, assim como na atuação americana diante outros Estados (LEITE, 2008, p. 43).

O início da década de 1990 foi marcado pelo crescimento das vertentes islamitas - que relacionam religião e política - no Oriente Médio, e pela amplificação do terror. Sem seu velho inimigo a combater, os neoconservadores americanos que buscavam por um novo vilão ao redor do mundo, após os atentados, passam a enxergar os ex-aliados como seus opositores, novamente criando falsas suposições e espalhando o medo para a sociedade civil. Surgiu, assim, a Al Qaeda, que possuía potencial para ser vendida politicamente como uma forte rede de terrorismo internacional, ou seja, para legitimar por meio de seu discurso as ações pretendidas – a posterior Guerra ao Terror.

[...] o surgimento do terrorismo transnacional como nova ameaça alterou a forma como os Estados Unidos enxergavam seus propósitos no sistema internacional. Se antes o discurso neoconservador de um internacionalismo unilateral não tinha tanta legitimidade, os ataques terroristas serviram como justificativa para o começo de uma epopeia imperial. (LEITE, 2008, p. 47)

Após o acontecimento do 11 de setembro, os Estados Unidos retornaram para sua política externa ofensiva. Sob a doutrina Bush, atestavam que a ameaça terrorista que enfrentavam do mundo árabe e islâmico se devia sobretudo pela falta de democracia no oriente médio. Após o atentado, foram diversas as declarações públicas ligando imigrantes à terroristas em potencial, causando o endurecimento das medidas securitárias ao redor do mundo (KARYOTIS, 2007, p. 6).

De maneira quase que imediata após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos declararam sua intenção de invadir o Afeganistão, sob o projeto de Guerra ao Terror. Bush acreditava que os ataques partiam da Al-Qaeda a mando de Osama Bin Laden, e passou a exigir que o grupo Talibã entregasse Osama assim como expulsasse a Al Qaeda do Afeganistão. Sem uma resposta efetiva, os americanos começaram os ataques no dia 7 de outubro de 2001, operação que se estendeu até 2021.

Neste caso, a ameaça à segurança nacional americana não partia de uma grande potência, mas sim de atores não-estatais. O governo tinha por objetivo derrubar o regime Talibã, dizimar a Al-Qaeda e seus protetores, de modo a evitar qualquer possibilidade de futuros atos terroristas aos Estados Unidos. Embora o Talibã tenha ruído em meados de dezembro de 2001, alguns de seus líderes fugiram, e os americanos decidiram não retirar suas tropas. Alegavam que ao deixarem a região em 1989 após a derrotada soviética, o Afeganistão se degenerou cada vez mais, e não gostariam de cometer o mesmo erro novamente. Assim, declararam a intenção de ajudar a reconstruir o Estado do Afeganistão, que estava devastado após décadas de conflitos.

2.2.3 A Doutrina Bush e o declínio hegemônico dos EUA

Em 2003, Bush mudou oficialmente a política de Guerra do Terror para o projeto de construção do Estado. Apesar do acordo de *state-building* incluir todo o processo de transição democrática, o foco principal americano continuou sendo a preocupação com a segurança. Pode-se visualizar, então, que os neoconservadores americanos utilizam-se de sua principal premissa, a promoção da democracia, em que os mesmos seriam a nação privilegiada destinada a liderar os demais em direção a um mundo democrático e livre (LEITE, 2008, p. 72), como justificativa para a intervenção ao Afeganistão.

Segundo os neoconservadores, os EUA desfrutariam de maior segurança entre outras democracias. Assim, considerando a estrutura internacional, enxergam que conter o terrorismo nessa região é de extrema importância não só para evitar que a Al-Qaeda ou novos grupos terroristas possam atacar os EUA, mas também porque a ameaça do terrorismo pode atrapalhar a ordem atual do Sistema Internacional, liderado pelos Estados Unidos (RAHMAN, 2018 p. 9). Além disso, os neoconservadores tinham por objetivo que a invasão ao Afeganistão fosse vista como uma ameaça aos outros Estados, como um modo de se reafirmar no Sistema Internacional.

A visão neoconservadora da política externa americana constituiu a base teórica e política da Doutrina Bush, justificando a invasão ao Iraque em 2003 para a

destituição de Saddam Hussein. Na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América de 2002, Bush declara:

Devemos estar preparados para deter Estados desonestos e seus clientes terroristas antes que eles possam ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos. [...] Sabemos pela história que a dissuasão pode falhar; e sabemos por experiência que alguns inimigos não podem ser dissuadidos. Os Estados Unidos devem e manterão a capacidade de derrotar qualquer tentativa de um inimigo - seja um ator estatal ou não - de impor sua vontade aos Estados Unidos, nossos aliados ou nossos amigos. Manteremos as forças suficientes para sustentar nossas obrigações e defender a liberdade. Nossas forças serão fortes o suficiente para dissuadir adversários em potencial de buscar uma formação militar na esperança de superar ou igualar o poder dos Estados Unidos [...]. (National Security Strategy, 2002, p. 10/30, tradução nossa)¹

Bush acreditava que ao ameaçar e até mesmo invadir um Estado como o Iraque, faria os EUA se afirmar frente aos demais Estados no Sistema Internacional, fazendo por exemplo o Irã e a Coreia do Norte abandonarem seus programas nucleares – o que não ocorreu, pelo contrário. Podemos ver no discurso de Bush e seus aliados uma ênfase inteiramente focada na defesa da democracia, em que os mesmos acreditam ser uma boa opção invadir Estados para disseminar os ideais democráticos, ignorando totalmente o nacionalismo daquele governo e a autodeterminação daquele povo.

Assim como a democracia floresceu na Europa Oriental após a destituição de ditadores com a queda da URSS, se esperava o mesmo para o Iraque. Justificava-se que a campanha pela democracia não ajudaria apenas a eliminar a ameaça terrorista aos Estados Unidos, mas transformaria o Oriente Médio em uma zona de paz (SCHMIDT e WILLIAMS, 2008, p. 200). A Guerra do Iraque teve início em março de 2003, com o envio de tropas militares pelos EUA, que permaneceram até dezembro de 2011, após oito anos de ocupação.

Pode-se entender a guerra ao Iraque como um dos maiores erros estratégicos de política externa norte-americana, tendo como resultado um hegemon danificado, a maior vulnerabilidade global ao terrorismo - que consequentemente gerou uma

¹ No original: “*We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends. [...] We know from history that deterrence can fail; and we know from experience that some enemies cannot be deterred. The United States must and will maintain the capability to defeat any attempt by an enemy—whether a state or non-state actor—to impose its will on the United States, our allies, or our friends. We will maintain the forces sufficient to support our obligations, and to defend freedom. Our forces will be strong enough to dissuade potential adversaries from pursuing a military build-up in hopes of surpassing, or equaling, the power of the United States [...]*”.

insegurança sistêmica e uma grande instabilidade no Oriente Médio. O ataque ao Iraque caracteriza os Estados Unidos como uma potência imperialista, que se utilizou da imposição econômica e do uso da força com o pretexto missionário de lutarem contra o mal do mundo.

Teóricos como Jeffrey Sachs (2003) argumentaram que o verdadeiro motivo para a guerra era a garantia de petróleo que buscavam os norte-americanos. O Iraque é ímpar nas reservas de petróleo, de modo a possuir a segunda maior do mundo. A fúria da opinião pública justifica-se no fato dos argumentos americanos não serem persuasivos, o que tornava a guerra injustificada. Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA, declara para o jornal New York Times:

Para que uma guerra seja justa, ela deve atender a vários critérios claramente definidos. A guerra só pode ser travada como último recurso, com todas as opções não violentas esgotadas. No caso do Iraque, é óbvio que existem alternativas claras à guerra. (CARTER, 2003, tradução nossa)²

Os resultados foram extremamente negativos e de péssima repercussão. Os Estados Unidos perderam de certa forma credibilidade em sua postura frente ao Sistema internacional, prejudicaram ainda mais suas relações com a Rússia e acabaram por desestabilizar mais ainda o Oriente Médio.

2.2.4 A crise do Sistema Financeiro Internacional

A crise do Sistema Financeiro que teve seu ápice entre 2007 e 2008, é, sobretudo, a crise da globalização financeira, compreendida pela criação do mercado financeiro global e do fluxo intenso de capital entre países (DE PAULA, 2011, p. 315). Após uma série de recessões econômicas que se sucederam na década de 1970 e 1980, diversos países aboliram os mecanismos de controle de capital que regiam as relações comerciais desde os anos de 1930 (FILHO, 2014, p. 427).

Com a liberalização dos mercados financeiros nacionais, as grandes instituições passaram a concorrer a nível global, e por outro lado, não havia mecanismos regulatórios suficientes para reger essas relações. Como consequência da desregulamentação, ocorreu um acirramento na concorrência entre as

² No original: “For a war to be just, it must meet several clearly defined criteria. The war can be waged only as a last resort, with all nonviolent options exhausted. In the case of Iraq, it is obvious that clear alternatives to war exist.”

instituições, o que levou à conglomeração financeira e aumento exponencial nas operações. Essa ampliação de escala resultou no estrangulamento financeiro do tomador de crédito, episódio que ficou conhecido como a crise do subprime (DE PAULA, 2011, p. 315-316). Conforme Filho (2014, p. 442):

A crise dos subprimes explicitou que as autoridades monetárias em geral — e o Fed em particular — não haviam percebido o alcance que as transformações impostas pela globalização financeira tinham tido sobre seus grandes bancos. Em particular, não tinham se apercebido como as novas formas de securitização adotadas — inclusive a venda de ativos a empresas de propósito específico — haviam tornados opacos não só os produtos financeiros vendidos, mas também os balanços dos próprios bancos que eram objeto de avaliação periódica pelas autoridades regulatórias.

A crise financeira de 2008 teve como fator detonador a bolha de hipotecas do mercado imobiliário nos EUA, que passou a incorporar em suas operações um segmento de baixa renda, com taxas de juros inicialmente baixas. O objetivo era de que, ao proporcionar condições financeiras a essas famílias, haveria um crescimento na economia, sobretudo na geração de empregos. Com a intensa busca por empréstimos, procuraram-se investidores institucionais para financiar o mercado *subprime*. O governo americano subsidia os juros das prestações, possibilitando o refinanciamento das dívidas, que por sua vez acabavam por crescer ainda mais os juros, elevando o valor das hipotecas (SILVA, 2010, p. 99-101).

Ao final do período de taxas de juros baixas, a busca pelo refinanciamento das dívidas aumentou, assim como a inadimplência nos pagamentos. O resultado na execução das hipotecas foi a revelação de um rombo na economia, em que os imóveis estavam supervalorizados, levando à recessão do mercado imobiliário que vinha em crescimento desde 1997 e conseqüente derretimento no valor dos ativos. Essa crise afetou o funcionamento do sistema financeiro globalizado como um todo, colocando em cheque a capacidade das instituições financeiras e gerando uma fissura entre os interesses que davam sustentação a esse processo. A globalização financeira que vinha sendo vista como um processo necessário começa a gerar divergências entre governos, entre atores públicos e privados (FILHO, 2014, p. 434).

A magnitude da crise financeira nos Estados Unidos fica clara a partir de 2008, quando um de seus maiores bancos, Lehman Brothers, entra com pedido de falência. Em dois anos, o valor de mercado das instituições bancárias encolheu US \$1 trilhão (SILVA, 2010, p. 110). Em 2009, a previsão era de queda do comércio

mundial, o que acabou por configurar em uma das maiores crises desde a Grande Depressão (SILVA, 2010, p.111).

A partir de 2008, a ordem global passa a estar mais aberta em relação à participação dos países emergentes, que correspondiam a uma parcela crescente da economia mundial. Enquanto os Estados Unidos e a União Europeia passavam por problemas internos, os países emergentes permaneceram relativamente estáveis. É nesse contexto que inicia a aproximação política e início da cooperação entre os BRICS (BARROS-PLATIAU, 2010, p.74).

3. AS CRISES QUE RECAEM SOBRE O GOVERNO BRASILEIRO

Após a contextualização das principais dinâmicas do Sistema Internacional nos períodos pertinentes, abordaremos ao longo do capítulo três quais foram as consequências e reverberações desses fatos sobre o governo brasileiro. Serão abordadas de maneira breve as principais questões que recaem sobre cada período, assim como informações pertinentes para os objetivos do trabalho.

3.1 CRISES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: PERÍODO DA PEI E ANTECEDENTES

3.1.1 Nacionalistas contra entreguistas

A partir do cenário Internacional marcado pela tensão bipolar da Guerra Fria, com Estados Unidos e URSS competindo entre si para ampliar suas zonas de influência pelo mundo, a prioridade pairava sobre o Norte do globo. Como abordado no primeiro capítulo, foram lançados diversos programas de reconstrução e propulsão econômica para os países afetados pela Segunda Guerra. Os Estados Unidos estavam ocupados com a contenção da ameaça comunista, e acabam descuidando da América Latina, que era vista pelos americanos como não passível de contaminação ideológica comunista (MANZUR, 2014, p. 175).

Enquanto isso, no âmbito nacional na década de 1950, com os adventos da urbanização e da industrialização, se afirmava no Brasil uma burguesia industrial, uma classe jovem operária e outros trabalhadores urbanos e rurais (VIZENTINI, 1994, p. 25). Com Vargas no poder (1951-54) retomando o projeto industrial por substituição de importações, o setor externo ganhava um papel importantíssimo para a promoção de capitais e tecnologia, sendo alvo de conflitos de opiniões na sociedade. Não se reservava apenas ao Sistema Internacional o conflito ideológico, isso também reverberou internamente nas camadas da sociedade brasileira.

A sociedade divergia quanto à maneira que o país deveria se inserir no cenário internacional. Estavam divididas entre duas principais correntes de pensamento quanto ao posicionamento brasileiro no cenário internacional: os entreguistas e os nacionalistas. O grupo que passa a ser chamado de entreguista acreditava que as condições para superar o subdesenvolvimento incluíam a entrada de capital estrangeiro na economia nacional, em especial, dos EUA. Dessa forma,

defendiam o incremento nas relações com a potência, ao mesmo tempo em que eram contra intervenções do Estado na economia (MANZUR, 2014, p. 178)

O grupo nacionalista acreditava que a abertura da economia do país de forma irrestrita aos americanos poderiam gerar consequências perigosas, como a ingerência americana nos assuntos internos. Temia-se depender dos EUA e se virar refém do capital estrangeiro. Além disso, os nacionalistas defendiam que o lucro da indústria deveria promover o crescimento brasileiro, o que não aconteceria com as empresas estrangeiras e suas remessas de lucro ao exterior (MANZUR, 2014, p.179). Esse clima de divisão interna comprometeu muito o mandato de Vargas, que acabou por governar em meio à uma bipolaridade de opiniões. Como algumas de suas ações eram tomadas de modo a não causar nenhuma revolta entre as massas, muitas vezes foram classificadas como contraditórias, não agradando a nenhum dos grupos.

3.1.2 Cuba se torna um país socialista

Em meio a Guerra Fria, acontece o triunfo da Revolução Cubana de 1959, que buscava a derrubada do regime ditatorial de Fulgêncio Batista e era contra a submissão de Cuba aos interesses estrangeiros e norte-americanos. Cuba foi o único país latino que a se tornar socialista, ocupando um importante papel na disputa bipolar do período e protagonizando a Crise dos Mísseis, como tratado no primeiro capítulo deste trabalho. Além disso, serviu de inspiração para movimentos revolucionários e contra hegemônicos (MENDES, 2015, p. 2).

A Revolução de Cuba teve como líder Ernesto Che Guevara, um revolucionário que tinha em seus princípios o latino-americanismo e buscava por uma América Latina unida, sem provincianismos. Dessa forma, lutava por uma causa humanitária transnacional, que ia além das fronteiras e almejava a superação da civilização ocidental eurocêntrica (MENDES, 2015, p. 3-4). Em 1961, o presidente Jânio Quadros recebe a visita de Che e condecora o revolucionário com a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, como descrito pelo Jornal Folha de São Paulo:

Após conferenciar com o sr. Janio Quadros, o ministro cubano "Che" Guevara foi condecorado ontem pelo presidente da Republica com a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A outorga da condecoração, aliás, está suscitando criticas ao presidente inclusive, pelo que se adianta,

para a crise política de que é figura central o sr. Carlos Lacerda. Em entrevista à imprensa, Guevara falou sobre a posição assumida pelo Brasil em Montevidéu: "Foi sem dúvida o maior fator para que Cuba fosse tratada na Conferencia de Punta Del Este como país americano". Manifestou também "o testemunho do agradecimento do governo cubano pela posição do Brasil". (1961)

A condecoração a Che Guevara somada às políticas independentes que estavam se desenhando sob o governo de Jânio Quadros – como o reatamento de relações diplomáticas e comerciais com países socialistas, geram incômodo aos setores mais tradicionais da sociedade. Os desenvolvimentos das ideias da PEI de deslocamento dos blocos ideológicos se deram em um contexto desfavorável, visto que o não alinhamento aos EUA já era encarado como um alerta.

Liderada por Carlos Lacerda, surge uma campanha contra Quadros, aproveitando-se das relações do Brasil com Cuba para apontar um perigo "iminente" do comunismo no país. Nesse processo, Quadros tenta um contragolpe e envia uma carta para o Congresso Nacional propondo sua renúncia. O então presidente acreditava que a renúncia não seria aceita, tanto pelo espectro do comunismo representado pelo seu vice Goulart, quanto por uma reação das massas populares - no entanto, a renúncia é aceita (DOMINGOS, 2008, p. 74).

Goulart ainda estava na China em missão oficial diplomática quando a renúncia aconteceu, sendo instituído pelo congresso o presidente da câmara Paschoal Ranieri Mazzilli interinamente para o cargo. Além disso, começa a ser arquitetado pelos opositores de Goulart um plano para que ele não conseguisse assumir a presidência. Em contrapartida, surge no Rio Grande do Sul a Campanha pela Legalidade, organizada pelo governador Leonel de Moura Brizola e apoiada pelo General José Machado Lopes, Comandante do III Exército para assegurar a posse de João Goulart. Nesse sentido, é criada a rede de rádio "Voz da Legalidade" para difundir para todo o país o apoio a Goulart.

Goulart assumiu a presidência em agosto de 1961, e a oposição é resolvida em partes com um acordo precário de uma emenda constitucional que substituiu o presidencialismo pelo sistema parlamentarista de governo. Esses acontecimentos acabaram por enfraquecer a estrutura política do país, marcando uma grande crise institucional. O parlamentarismo começa a se mostrar frágil devido sua instabilidade política, e em 1963 é realizado um plebiscito para a escolha do sistema de governo brasileiro, vencendo o presidencialismo. Goulart acaba por se tornar de fato

presidente, planejando uma série de medidas para fazer o Brasil voltar a crescer, como será tratado ao longo do quarto capítulo deste trabalho.

3.1.3 Os ensaios para o golpe de 1964

Lançada por Kennedy logo após a Conferência da OEA de 1960 -, que teve como tema “as ameaças extra-continentais” da infiltração comunista, a Aliança pelo Progresso (APOP) foi uma estratégia americana de integrar os países da América Latina frente à ameaça soviética. Os EUA se comprometeriam a prestar ajuda financeira, desde que os países latino-americanos formassem planos de desenvolvimento nacional seguindo as diretrizes norte-americanas, e que seus exércitos reforçassem a função de garantir a ordem econômica e social (LAUFER, 2000, p. 71).

A APOP enfrenta resistência sob o governo de Goulart, que postulava pela transformação das estruturas econômicas internacionais de modo a sustentar os princípios de autonomia brasileira frente à formulação dos planos de desenvolvimento. A Política Externa Independente em vigência no governo Goulart suscitou uma forte resistência interna, principalmente pelos setores que sentiam seus interesses ameaçados - como o agronegócio, as elites sociais, a indústria estrangeira, grupos minoritários da oficialidade e grupos católicos (LAUFER, 2000, p. 74). O governo brasileiro passa a ser visto como um “caso perdido” pelos americanos, que passam a interferir abertamente no monopólio da União, apoiando abertamente os Estados brasileiros governados por pró-americanos (VIZENTINI, 1994, p. 33). Conforme Manzur:

A intensa mobilização popular que caracterizou o período e foi crescente num clima político marcadamente anti-imperialista, que vigorou também em outros países da América Latina, estimulou a organização das forças sociais conservadoras que se sentiam perigosamente ameaçadas pelo avanço das reformas estruturais na sociedade a serem empreendidas em curto prazo. (2014, p. 197)

A radicalização político-social presente no país, somada à busca por autonomia brasileira frente aos Estados Unidos, em um momento em que os EUA se esforçavam para não perder seu papel hegemônico no Sistema Internacional, geraram uma situação insustentável para o governo brasileiro. O governo mergulha em uma paralisia política, enquanto um golpe era arquitetado à luz do dia. Conforme Vizentini:

O Presidente busca uma conciliação impossível com Washington, enquanto o movimento popular obriga-o a adotar um discurso fortemente reformista. Isto ameaçava as próprias bases capitalistas do projeto populista, deixando o governo sem alternativas. Quanto à política exterior, inviabilizado o neutralismo janista e sem um mínimo de consenso interno, passa a ser influenciada pelas teses do Chanceler Araújo Castro, e sofre um nítido refluxo. (1994, p. 34).

Podemos ver a interferência americana para condicionar e forçar modificação nas políticas de Goulart em diversos episódios, como o bloqueio do FMI aos fundos compensatórios acordados com o Chanceler San Tiago Dantas (LAUFER, 2000, p. 75), além de associar ao Chanceler as decisões de reatar relações com a URSS e oposição à expulsão de Cuba na OEA (abordada no terceiro capítulo do trabalho). As urgências financeiras do país e esse condicionamento político levaram à mudança de orientações, sendo designado Araújo Castro para a liderança das Relações Exteriores do Brasil em 1963.

O novo Chanceler buscou abandonar a linha de negociação neutralista do governo, priorizando um perfil desenvolvimentista para a política exterior. Castro inclusive assaltou a autoridade presidencial, revalidando um Acordo Militar Bilateral com os americanos que proporcionava uma base legal para uma possível intervenção armada no Brasil, sob o pretexto de repreensão comunista (LAUFER, 2000, p. 76).

Os EUA tiveram um papel importante na penetração ideológica aos militares brasileiros por meio do Programa de Assistência Militar (MAP). O Jornal do Brasil anunciou, em 19 de dezembro de 1976, um telegrama confidencial que provava como o golpe foi “visto, anotado e comentado pela Casa Branca”. O documento qualificava os militares brasileiros como “essenciais na estratégia de conter os excessos esquerdistas de Goulart”, além de sugerir que somente as Forças Armadas brasileiras seriam capazes de teriam controlar as desordens internas, assim como moderar os assuntos políticos brasileiros (LAUFER, 2000, p. 78).

Quando João Goulart foi destituído, houve de certa forma uma falta de reação, o que tornou desnecessária uma intervenção militar americana. O novo governo foi reconhecido em menos de 24 horas pelos EUA, que finalmente tem seus ensejos respondidos com a substituição de Goulart pelo comando militar de Castelo Branco. Nas manchetes brasileiras pôde-se perceber como a destituição foi comemorada pela imprensa; sendo capa de jornais: “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo” (O dia, 3 de abril de 1964), “Ressurge a democracia” (O

Globo, 2 de abril de 1964), “Cessada as operações militares: A calma volta a reinar no país” (Diário de Piracicaba, 2 de abril de 1964). O Diário de Notícias (2 de abril de 1964), informa: “Marinha caça Goulart, é o fim do comunismo no Brasil” (MAGALHÃES, 2014).

O jornalista Ibrahim Sued ia além, anunciando o fim do período do Brasil “comunizado por Jango”. Sued alegava que Goulart não era comunista, e sim fraco: havia sido envolvido pelos comunistas de sua assessoria, além de se deixar influenciar por Brizola, descrito como um agitador e traidor da legalidade. Em suas palavras:

“Os comunistas e seus asseclas, os falsos “nacionalistas”, devem ser punidos e vigiados, porque são uma minoria atuante, que durante todos estes anos enganaram o povo, culminando por levar o nosso país a este estado, que poderia ter-se transformado numa guerra fratricida. A nossa vitória é o fim do comunismo em nosso continente. É o fortalecimento da democracia, o esvaziamento do comunismo sanguinário de Fidel Castro na América Latina. [...] Enganaram-se aqueles que julgavam poder transformar este país num satélite russo, num regime onde a família não manda em seu filho, onde o ser humano não escolhe a profissão que deseja seguir e onde a lei de Deus é banida.” (SUED, 1964, p. 6).

3.1.4 Falta de investimento

O fim da Segunda Grande Guerra marca o colapso do sistema internacional vigente, com a descentralização da comunidade política da Europa. O regime de balança de poder adquire um caráter de bipolaridade entre as potências EUA e URSS. A política de barganha praticada pelo governo brasileiro a partir dos anos de 1930 não mais era possível, e se alimentava grande expectativa quanto à cooperação hemisférica no pós Guerra (DE OLIVEIRA, 2017, p. 56-60). Os Estados Unidos se tornaram o principal parceiro latino-americano, tanto para as importações quanto para as exportações. Dentre as medidas que os americanos tomaram para institucionalizar seu sistema de poder, destaca-se a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

O TIAR pode ser compreendido como um instrumento para expansão da estratégia dos EUA para a América Latina, como um canal de articulação político-militar da hegemonia norte-americana no continente (DE OLIVEIRA, 2017, p. 63). Em outras palavras, o tratado garantia aos EUA certa influência política e estratégica

sobre os países latino-americanos, mas não quanto ao campo econômico, onde diversos entraves eram encontrados.

O Brasil divergia dos EUA quanto aos meios para o seu desenvolvimento. Interessava aos americanos que a América Latina como um todo continuasse a atuar como fornecedora de matéria prima. Enquanto o Brasil insistia em angariar apoio político para seu desenvolvimento, os EUA entendiam que esses eram assuntos para serem tratados pelo BIRD (CERVO e BUENO, 2002, p. 290). Nesse sentido, é criada a Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, em 1948, que consistia em recomendações para o governo brasileiro de que buscasse internamente os recursos para o seu desenvolvimento; além de apontar a necessidade de combater a inflação e eliminar as restrições ao comércio internacional (DE OLIVEIRA, 2017, p. 66).

Em decorrência do cenário internacional passando pela Guerra da Coreia, como explicitado no primeiro capítulo, os EUA - preocupados com possíveis reverberações do comunismo sobre o hemisfério, convocam a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1951. A reunião tinha por objetivos tratar de um plano para a mobilização econômica da região, de modo a angariar suporte dos países latino-americanos para a defesa do comunismo no hemisfério. Visualizando uma oportunidade, o governo brasileiro reclama cooperação econômica, sendo criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Conforme Cervo e Bueno:

Tal memorandum constou de um rol de reivindicações interrelacionadas, que equivalia a um verdadeiro projeto de desenvolvimento para o país. Dizia-se, nele, entre outras coisas, que o governo brasileiro não desejava que os reflexos econômicos positivos internos decorrentes da economia de guerra dos Estados Unidos fossem transitórios, como ocorrera na Segunda Guerra Mundial. [...] Considerava baixo o nível de investimentos de capitais privados e pedia o estímulo oficial norte-americano para aumentar seu fluxo, e para que não houvesse discriminação “contra o Brasil nas medidas de cooperação que têm sido adotadas em relação a outras partes do mundo”. (2002, p. 295)

O *memorandum* tentava inclusive frear as restrições artificiais perante o aumento dos preços do café brasileiro, o que não é atendido. Nesse mesmo sentido, os EUA tentam realizar um acordo de assistência militar recíproca para que o Brasil disponibilizasse tropas para a Guerra da Coreia. Vargas, presidente no período, tenta barganhar a participação brasileira em troca de auxílio ao desenvolvimento econômico brasileiro, o que não acontece. Essa derrota acaba por intensificar o

debate interno na sociedade entre nacionalismo ou alinhamento aos EUA (DE OLIVEIRA, 2017, p. 71).

3.1.5 Processo inflacionário

A Segunda Guerra, sobretudo em sua última fase, representou para o Brasil uma alta demanda internacional de matéria prima e gêneros alimentares, embora não se refletisse no volume de exportações. Nesse momento, o país já mostrava o esgotamento da capacidade produtiva da economia para exportação. O valor em si dessas exportações foi considerável, fazendo com que o desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores fosse anestesiado. O acúmulo de saldos obrigava a fortes emissões das divisas representativas, o que culminou no início do processo inflacionário brasileiro (PRADO JR, 1994, p. 302-303).

Com o fim do conflito, houve um aumento das importações, levando a balança comercial a acumular déficit comercial externo, na América Latina como um todo. O restabelecimento do comércio internacional não resultou em uma redução dos preços internos, principalmente porque a retomada das importações era concentrada em consumo de bens não produzidos no Brasil, frustrando a expectativa de que o livre comércio seria a solução para a inflação. O livre-cambismo, então, perdeu substância no Brasil e em outros países que enfrentaram a escassez de dólares (FONTAINE, 2020, p. 510-511-513).

A conjuntura brasileira melhora com a valorização do café, que acompanha uma alta geral nos preços das matérias primas devido à eclosão da Guerra Fria. Com Vargas no poder (1951), é lançado um programa de fomento à atividade industrial, levando ao aumento da importação de equipamentos. O país viveu um breve momento de prosperidade, que foi substituído novamente por um déficit na balança comercial, devido à aceleração do processo inflacionário proveniente da descontrolada expansão dos negócios e aumento das despesas públicas (PRADO JR, 1994, p. 309).

O país adentrou em um processo inflacionário auto estimulante e com efeitos cumulativos que se prolongam pelas próximas décadas. Para tentar reverter essa situação, as importações são restringidas, ao mesmo tempo em que se libera parcialmente o câmbio. Isso resultou em uma valorização da moeda nacional frente

às exportações, mas por outro lado, aumentou o afluxo de capitais estrangeiros, pois foram eliminadas as restrições opostas às remessas de juros ao exterior. Com as importações restringidas, acabou-se por comprometer o desenvolvimento da indústria nacional frente à estrangeira, que por sua vez, foi privilegiada. Acreditava-se que após certo tempo, o capital estrangeiro de produção passaria a ser misto e tenderia a ser absorvido pelo nacional, o que não ocorre (PRADO JR, 1994, p.314).

Em suma, podemos compreender como a importância das exportações como principal fonte de crescimento foi substituída pela necessidade do investimento externo para dar continuidade ao modelo de desenvolvimento. O setor externo não deixa de desempenhar um papel fundamental, mas ao em vez de ser o responsável pelo crescimento da renda, se torna decisivo no processo de diversificação da estrutura produtiva do país (TAVARES, 2000, p. 224).

3.2 CRISES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: PERÍODO DO GOVERNO LULA

3.2.1 Crise neoliberal

A crise econômica brasileira, que se intensificou a partir dos choques do petróleo, em 1973 e 1979, somada à excessiva tomada de empréstimos externos durante os anos de governo militar, marcaram o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importação, base do modelo nacional-desenvolvimentista, e o início da defesa das medidas neoliberais (BERRINGER, 2014, p. 78). A partir do final da década de 1980, as ideias neoliberais passaram a ganhar mais espaço tanto na agenda internacional quanto na doméstica. Isso se deve, segundo Cepaluni e Vigevani (2007, p. 285), pela crise do modelo anterior e pela convicção por partes das elites e da opinião pública dos potenciais benefícios das ideias liberais.

A consolidação do neoliberalismo, se daria, sobretudo, pela flexibilização das leis trabalhistas e a redução dos gastos de políticas sociais, sendo pontos que uniram as classes dominantes. Não obstante, as classes médias e parte das classes populares também eram favoráveis ao programa neoliberal, marcando a formação de uma frente conservadora na política brasileira, que ansiava pela estabilidade econômica (BERRINGER, 2014, p. 80). Havia consenso quanto à adesão ao

neoliberalismo, mas não exatamente quanto à abertura comercial e desregulamentação financeira.

Sob o governo Collor, notam-se os esforços para o Brasil se tornar um *global trader*, retomando os conceitos de diversificação de parcerias como um eixo da política externa, como postulado na PEI. Nota-se o deslocamento da autonomia pela distância e de políticas protecionistas, pertinente enquanto existiam os conflitos ideológicos na Guerra Fria, para a autonomia pela participação, necessária em um mundo marcado pela interdependência. Ganha destaque nesse período, uma nova configuração do sistema internacional, fazendo com que os governantes adotassem em sua agenda temas como o meio ambiente, direitos humanos, direitos sociais, a abertura comercial, entre outros.

Quanto ao plano interno, Cepaluni e Vigevani postulam:

[...] diversas medidas foram adotadas em consonância com a inserção internacional: liberalização cambial, diminuição de subsídios à indústria, adoção de uma nova legislação sobre propriedade intelectual, maior liberalização de importações, relativa liberalização de investimentos, privatização de empresas estatais e renegociação da dívida externa. (2007, p. 287)

No entanto, a burguesia interna brasileira apresentou resistências seletivas às medidas econômicas do governo Collor, que foi um grande fator para o movimento de impeachment do presidente. No que tange às privatizações que se desenrolaram durante a década de 1990, foram favorecidos o capital financeiro e o capital monopolista. A privatização das empresas estatais, em conjunto com uma mudança no marco regulatório da Petrobras, representaram um movimento de desestatização da economia e passagem de controle para o capital internacional (BERRINGER, 2014, p. 83).

Entre 1995 e 2000, o Brasil recebeu um alto investimento externo, que não se refletiu na modernização e capacidade de produção brasileira, visto que grande parte dos recursos foi destinada à compra de ativos das privatizações. Foi crescente a insatisfação da burguesia industrial e dos bancos nacionais, que temiam que a abertura comercial indiscriminada iria resultar na destruição das mesmas. Já no segundo mandato de Fernando Henrique Collor, ficavam claras a fragilidade e instabilidade das políticas neoliberais. Ademais, houve aumento do desemprego e dos problemas sociais, gerando uma grande insatisfação popular. O presidente recorreu ao FMI, acabando por aumentar mais ainda a dívida externa brasileira (BERRINGER, 2014, p. 85).

Neste período também se deflagrou a crise do setor elétrico no Brasil, que ficou conhecida por “apagão”. Essa crise aconteceu por fatores climáticos e pela falta de investimento e planejamento no setor, o que levou a um aumento do consumo do gás natural da Bolívia, onde a Petrobras detinha as principais reservas e vinha fazendo fortes investimentos. Ao mesmo tempo, por causa do impacto das políticas neoliberais no país, surgiram movimentos pela nacionalização do gás na Bolívia, que contribuíram para a eleição de Evo Morales em 2005. Logo quando Morales assume o governo, decide por decretar a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos do país, medida que gerou um grande impasse com o Brasil - e que será retomado no quarto capítulo deste trabalho.

3.2.2 Lançamento da ALCA

Após um longo período de relativa distância no diálogo com a América Latina, os Estados Unidos lançaram no início da década de 1990 a “Iniciativa para as Américas”, sob o governo de George Bush. Em um período de redemocratização e adoção do neoliberalismo no hemisfério, apontava-se um cenário positivo para a aproximação, abrindo-se espaço para possíveis acordos de cooperação no âmbito econômico e comercial (CAMARGO, 2002, p. 98). A Iniciativa avançou, em 1994, para a proposta de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A ALCA surgiu como uma proposta de criação de uma zona hemisférica de livre comércio entre os 34 países constituintes - com exceção de Cuba, com o objetivo de fomentar a abertura dos mercados por meio de acordos. Entre as áreas abrangidas, estavam:

[...] áreas de barreiras tarifárias e não-tarifárias, agricultura, subsídios, investimentos, direitos de propriedades intelectuais, procurações governamentais, serviços, barreiras técnicas ao comércio, salvaguardas, regras de origem, leis antidumping, procedimentos sanitários e fitossanitários, resolução de disputas e políticas de competição. (AVERBUG, 1999, p. 51)

Desde o início das negociações questionavam-se as intenções americanas, visto a enorme assimetria entre os EUA e os demais países. As assimetrias econômicas, estruturais e de poder tenderiam a favorecer os americanos, os quais possuem necessidades muito divergentes das demais nações. Vizontini (2001, p. 131), destaca a demanda dos países em desenvolvimento por proteção econômica, o qual os próprios EUA utilizaram-se na fase inicial de desenvolvimento industrial do

país. A fixação de regras em comum para países tão distintos suscitou desconfiança em relação à proposta.

Projetava-se para a ALCA uma proposta de integração regional que seguiria os moldes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), assegurando o livre comércio de bens, serviços e investimentos. Não entraram no acordo temas como a liberalização dos mercados de trabalho, projetos de financiamento para países subdesenvolvidos, a unificação monetária e um banco comum - muito menos o arsenal protecionista americano (BATISTA JR, 2003, p. 369). No âmbito nacional brasileiro, a proposta de implementação da ALCA gerou temor aos setores produtivos, em especial a burguesia interna, que não conseguiria competir com as empresas americanas.

3.2.3 Crise do Mercosul

As negociações em curso para a entrada de outros países sul-americanos como o Chile e a Bolívia ao MERCOSUL e a intenção de adesão plena aos canais comerciais, assim como os demais fatores da integração marcaram um período de sucesso do bloco. No entanto, em 1998 começam os conflitos comerciais entre os Estados membros. A Tarifa Externa Comum cumpriu seu objetivo político nas negociações externas ao fortalecer o poder de barganha do MERCOSUL frente aos Estados Unidos e Europa, mas não se pode dizer o mesmo na esfera econômica (BERRINGER, 2014, p. 108).

As controvérsias comerciais, em especial entre Brasil e Argentina, apenas cresceram. A desvalorização do real frente ao dólar em 1999 causou um desequilíbrio comercial frente às vendas da Argentina para o Brasil, que por sua vez adotou uma série de medidas unilaterais que acabaram por minar a existência do bloco (BERRINGER, 2014, p. 109). Essa crise demonstrou certo grau de fragilidade do acordo, e sinalizou o quão necessário era aprofundar a integração, em especial a negociação de mecanismos para a redução de assimetrias entre os países membros.

Mais do que uma crise de integração, esses percalços foram frutos de uma instabilidade financeira mundial generalizada, que afeta principalmente os países emergentes. O contexto do final da década de 90 diferia do seu início, sendo

marcada pela lentidão do crescimento econômico e recessão na região, causando uma erosão da legitimidade dos governos. Conforme Vizentini:

A chamada crise do Mercosul é, nesse sentido, uma decorrência da fuga de capitais que atingiu o Brasil, bem como da conseqüente desvalorização cambial, do desequilíbrio acentuado das transações correntes, associado à dificuldade de expandir as exportações para fora do bloco, da tensão resultante do deslocamento de setores empresariais e de trabalhadores numa fase de recessão e da perda (ou renúncia) da capacidade de coordenação econômica dos Estados e governos. (2001, p. 138)

3.2.4 Impasse da rodada de Doha

A evolução do sistema de comércio internacional pode ser visualizada a partir da ampliação do número de membros pertencentes à OMC; que conta atualmente com 157 países membros, incluindo a China e a Rússia, que entraram respectivamente em 2001 e 2012, e na abrangência dos assuntos tratados. No início da organização, o foco era constituído na redução das barreiras ao comércio e suas tarifas. Com o passar do tempo, as discussões se expandiram para outras medidas de comércio, que podiam ser transformadas em barreiras não tarifárias (THORSTENSEN, 2012, p. 35).

Na medida em que mais países em desenvolvimento adentraram as negociações na OMC, também houve um acréscimo na constituição de coalizões. Os países em desenvolvimento, em especial, perceberam nas coalizões um meio para minimizar as dificuldades e aproveitar as oportunidades das negociações. Além disso, a importância das coalizões se traduz no aumento da legitimidade das pautas propostas, além de aumentar os custos de oposição (RAMANZINI JÚNIOR, 2009, p. 50).

Apesar dos adventos da globalização, da modernização do processo produtivo brasileiro e da estratégia de inserção no mercado internacional, o Brasil não consegue modificar de forma substancial sua pauta de exportações, o que era traduzido pela exportação brasileira ser concentrada em bens primários do que manufaturados (CERVO e BUENO, 2002, p. 537). Nesse sentido, destacamos a posição do ativismo da diplomacia brasileira frente à OMC, que sugere a criação do G-20, durante a Reunião da Rodada de Doha de Desenvolvimento da OMC, em Cancun. Segundo Berringer:

A missão dessa coalizão era fortalecer a luta dos Estados dependentes frente aos Estados imperialistas no que tange às práticas ilegais e desiguais no comércio internacional, em especial, o uso de protecionismos agrícolas

dos Estados Unidos e União Europeia. [...] Ao criar o G-20, o Estado brasileiro pretendia apresentar uma proposta alternativa que se contrapusesse à prática dos Estados imperialistas. (2014, p. 145)

A Rodada de Doha iniciou-se em 2001, com a motivação inicial de tratar sobre a abertura de mercados agrícolas e industriais, com o estabelecimento de regras quanto à ampliação do comércio dos países em desenvolvimento. O surgimento do G-20, formado por países emergentes, vem nesse sentido, tentar impedir decisões predeterminadas pelos EUA e UE nas negociações multilaterais de comércio. Vemos assim, uma polarização nas negociações da OMC entre os países ricos, que exigiam a liberalização dos mercados industriais sem abrir mão dos protecionismos agrícolas, e do outro lado, os países emergentes, que não mais aceitam os acordos “vindos de cima”, e tentam reunir poder para valer a reciprocidade na realização de interesses (CERVO e BUENO, 2002, p. 538).

3.2.5 Da crise do *subprime* à crise internacional

A crise do *subprime*, que teve seu início em 2007 nos Estados Unidos, se desencadeou em uma crise financeira internacional, trazendo hesitação quanto à liberalização financeira. “A liberalização financeira corresponde, de maneira geral, à desregulamentação do setor bancário, à livre mobilidade de capitais entre os países, à difusão das inovações financeiras” (LIMA e DEUS, 2013, p. 53). Dessa forma, as medidas de liberalização acabam por ser um elo entre o mercado financeiro doméstico e global. As economias abertas à liberalização adquirem um grau de interdependência, em especial no âmbito financeiro, o que leva a uma maior rapidez no contágio dos efeitos das crises para o restante do mundo.

O contágio de uma crise internacional pode ser compreendido por meio de quatro canais de transmissão. O primeiro canal, influenciado pela queda de demanda global, acarreta negativamente nas exportações dos países. O segundo se mostra no lado monetário da economia, com a baixa entrada de capital estrangeiro e a depreciação da caixa de câmbio, com a crise de liquidez e de crédito. O terceiro canal abarca a queda de expectativa dos agentes econômicos, e o quarto, o campo político (MOLLER e VITAL, 2008, p. 2).

A crise financeira atingiu o Brasil em um cenário de pico da economia, que completava um período de crescimento acelerado. A partir de 2004, o Produto

Interno Bruto (PIB) aumentou expressivamente, em conjunto com a diminuição da taxa de desemprego, aumento na taxa de investimento e exportação de bens e serviços (LIMA e DEUS, 2013, p. 55). O contexto brasileiro era de abundância, demonstrando um saldo positivo do comércio com o restante do globo. As empresas estavam em um bom momento, onde o crédito bancário ocupava um papel indispensável para o capital de giro e para o aumento da produção.

Segundo Freitas (2009, p. 132) o congelamento dos mercados interbancários e financeiros internacionais, em conjunto com uma abrupta desvalorização do real associado à evasão de investimentos estrangeiros, ocasionaram em uma baixa expectativa dos bancos, que retraíram fortemente o crédito. Assim, começou-se a sentir os efeitos da crise no Brasil por meio da rápida desaceleração da atividade econômica.

Os efeitos da crise também foram sentidos sobre as exportações e importações brasileiras. A crise interrompeu abruptamente o crescimento das exportações em relação ao PIB, que estavam no marco de 12,6% em 2008. Entre os setores que mais sentiram os impactos da queda da produção e queda de vendas, estão: o setor automobilístico, de construção civil, de agricultura, e de móveis e eletrodomésticos (LIMA e DEUS, 2013, p. 57). Foram adotadas uma série de medidas no final do ano de 2008 para a redução dos efeitos da crise, que serão abordadas no capítulo quatro deste trabalho.

4. OS TOMADORES DE DECISÃO

Concluídos os objetivos de contextualização do Sistema Internacional, durante o segundo capítulo, e revisão das principais crises que permearam os governos dos períodos analisados, durante o terceiro capítulo, partiremos para a análise no nível dos tomadores de decisão. Abordaremos como os principais atores dos governos trataram das crises pertinentes, e de maneira implícita e explícita, apontaremos similaridades e possíveis rupturas em suas ações.

4.1 ATORES E DECISÕES DURANTE O PERÍODO DA PEI

4.1.1 Projeto nacional-desenvolvimentista

Com o advento da Segunda Guerra, a atenção das potências estava na Europa, e após seu fim, na corrida armamentista entre Estados Unidos e URSS. Dessa maneira, tivemos no Brasil períodos de alinhamento aos EUA e períodos em que se tentava a diversificação. De maneira geral, a partir de 1930 o Brasil estava focado em um projeto nacional-desenvolvimentista, eixo que passou a pautar a política externa do país até meados da década de 1980 (MANZUR, 2014, p. 171). Identificavam-se na política externa, uma via para o desenvolvimento, sobretudo por meio da barganha internacional. Com Getúlio Vargas no poder, essa linha de conduta buscava angariar fundos para o crescimento nacional, como a modernização das forças armadas e a implantação da indústria siderúrgica (MANZUR, 2014, p. 172), e serviu de base para os fundamentos da PEI.

No primeiro governo de Vargas (1930-1945), foram anos marcados por uma relativa autonomia decisória e pragmatismo equidistante, em que o país tentou se manter neutro nos conflitos pelo máximo de tempo possível, negociando tanto com os EUA e com a Alemanha. Em 1939, Aranha, ministro das Relações Exteriores brasileiro, foi convidado a visitar os EUA, evento que fez parte de uma série de ações da política de boa vizinhança executada pelo presidente americano Franklin Roosevelt e que tinha por objetivo atrair simpatia política e neutralizar as influências alemãs nas Américas (CERVO e BUENO, 2002, p. 270). Nesta data, foi acordada a cooperação econômica entre os países por meio de relações bilaterais de crédito.

De maneira resumida, apesar dos esforços da parte brasileira, esses acordos não tiveram um real resultado para o país. Segundo Cervo e Bueno:

A atitude de indefinição do Brasil em face daqueles permitiu-lhe tirar vantagens em termos econômicos e comerciais. A retração da presença comercial da Alemanha na América do Sul por causa do conflito, e razões de ordem interna, inclusive a pressão popular, levaram o Brasil a abandonar a equidistância, substituindo-a pelo alinhamento aos Estados Unidos no final de 1941 e início de 1942. A Alemanha carecia das matérias-primas e do mercado brasileiros, o que explica as facilidades proporcionadas pelo comércio compensado, visto mais adiante. Os Estados Unidos, por seu turno, a fim de obter a colaboração do Brasil, em razão de sua posição geográfica e dos seus minerais estratégicos, faziam-lhe concessões. O governo brasileiro pôde, assim, praticar livre comércio com os Estados Unidos, concomitantemente ao comércio compensado com a Alemanha. Mas, tanto pelo livre comércio quanto pelo comércio compensado, o relacionamento era desigual, assimétrico. (2002, p. 269)

Com o avanço das hostilidades, as relações comerciais com a Alemanha sofreram uma forte retração, ao mesmo tempo em que as exportações e importações dos Estados Unidos tornaram-se cada vez mais intensas. O neutralismo foi se tornando insustentável para o governo brasileiro, até que houve a decisão de se alinhar às potências ocidentais. Nesse contexto, Vargas conseguiu com que os americanos concedessem ajuda financeira ao Brasil, essencial para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Quando a Guerra Fria se inicia, de maneira geral, o Brasil está vivenciando o governo de Eurico Gaspar Dutra (de 1946 a 1951). Entre as principais características desse mandato estão a criação de um alinhamento completo do Brasil com os EUA, ou seja, qualquer prática denominada comunista no país, tornou-se proibida. Nesse momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que possuía Luís Carlos Prestes como principal representante e deputado do Rio de Janeiro na época, teve seu mandato cassado por conta do seu alinhamento, perdendo seu cargo. O partido perdeu a liberdade política e adentrou a clandestinidade.

Esse período foi marcado pelo rompimento das relações comerciais e políticas com a URSS e considerável repressão interna a aqueles que compartilhavam da ideologia comunista. Tanto o Brasil como a América Latina como um todo, passaram a sofrer forte influência hegemônica norte-americana, a níveis políticos, econômicos e culturais; o que fazia parte do plano americano de consolidação de seu sistema de poder (CERVO e BUENO, 2002, p. 288).

Ainda na gestão Dutra, há a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. O TIAR tinha como objetivo

integrar o sistema interamericano ao sistema mundial, sob pretexto de manutenção da paz e da segurança (CERVO, 2002, p. 291). Esse tratado marcou um alinhamento direto com os EUA e de caráter de obediência, sem garantias de contrapartida americana. Conforme Manzur (2014, p. 176), “isso alimentou ainda mais o sentimento contrário à vinculação especial com os Estados Unidos. Temia-se que o imperialismo estadunidense pudesse ser ainda mais nefasto que qualquer ameaça comunista.”.

Além disso, percebe-se a orientação brasileira nas conferências da ONU como a de acompanhamento do voto dos Estados Unidos (DE OLIVEIRA, 2017, p. 64). O Brasil de Dutra vota contra o ingresso da República Popular da China na ONU, além de fechar a embaixada brasileira na China e o consulado em Xangai (CERVO e BUENO, 2002, p. 293).

4.1.2 A busca por capital estrangeiro

Quando Vargas retornou ao poder (1951-1954), o país passava por uma forte polarização entre nacionalistas e entreguistas. Mesmo recebendo um país com laços fortes com os EUA, Vargas adota uma posição nacionalista. Para tentar reverter o quadro de alta demanda brasileira por importações, Vargas buscou garantir os meios para o aumento da capacidade de produção de bens duráveis. Como relatam Fernanda Melchionna e Silva e Marcus Vianna:

Para a realização do projeto de desenvolvimento nacionalista era central a atuação do Estado como impulsionador da economia. Na ausência de uma burguesia nacional com capital acumulado suficiente para impulsionar tal empresa, combinada à ainda pouca atratividade da economia brasileira para investimentos do capital externo na produção, a utilização do capital nacional, incrementado pelo endividamento externo e pela criação de órgãos de crédito, fez-se necessária. (2009, p.145).

Foram diversas as iniciativas de um Estado forte, sendo criados órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobrás, estatizando o controle do petróleo. Além disso, nomeou João Goulart ao Ministério do Trabalho, que era visto como um perigoso esquerdista, gerando suspeitas e desagradando as elites nacionais e estrangeiras (DOMINGOS, 2008, p. 72). Nesse período, houve o fortalecimento dos sindicatos e o aumento do salário mínimo (MELCHIONNA e VIANNA, 2009, p. 146).

Ainda 1951, ocorre a IV Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos (OEA), à pedido americano, preocupados com o avanço do comunismo e suas possíveis implicações na América Latina. O governo brasileiro, percebendo a oportunidade, reivindica a cooperação econômica dos EUA, culminando na criação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CERVO e BUENO, 2002, p. 294). Nota-se um papel importante desempenhado pelo governo brasileiro, ao reivindicar atenção e investimento para a América Latina, sob pretexto da defesa do continente frente ao “perigo do comunismo”. Tal postura foi um marco para as relações exteriores do país, sendo mantida nas gestões de Juscelino Kubitschek e na Política Externa Independente (CERVO, p. 298, 2002).

A Comissão Mista aprovou 41 projetos, em sua maioria, do setor de transporte e energia, financiados principalmente pelo BIRD. No entanto, esses empréstimos beneficiaram sobretudo filiais americanas instaladas no país, suscitando forte crítica interna. A Comissão foi desativada no ano de 1953, após a posse de Eisenhower, deixando clara a dificuldade de se estabelecer uma relação especial com os Estados Unidos (DE OLIVEIRA, 2017, p. 69). Ademais, destaca-se a recusa americana frente à tentativa brasileira de barganhar apoio militar na Guerra da Coreia em troca de cooperação econômica, frustrando mais uma vez as expectativas de Vargas.

No governo de Kubitschek (1956-1961) a política nacional-desenvolvimentista como fator-chave para o desenvolvimento econômico fica ainda mais evidente. Buscava-se superar os antagonismos existentes por meio de um discurso que defendia a atração de capital estrangeiro como meio de superar o subdesenvolvimento nacional (MANZUR, 2014, p. 180), ao mesmo tempo em que o governo não abriu mão de sua posição no Sistema Internacional. Kubitschek lança o plano de metas conhecido por “50 anos de progresso em 5 anos de governo”. O principal objetivo do plano era dar continuidade aos esforços de Vargas, contudo, pode-se destacar:

[...] o processo de industrialização do período JK é marcado pela subordinação aos capitais internacionais como causa e efeito do seu crescimento, pois o país de fato cresceu mediante um modelo de subordinação, todavia ao crescer economicamente de maneira subordinada se tornou mais dependente ainda dos capitais internacionais. [...] A política econômica do governo JK possibilitou um crescimento considerável da economia brasileira, mas por ser um modelo de desenvolvimento baseado no alto endividamento externo do país trouxe o descontrole das contas públicas. (MELCHIONNA e VIANNA, 2009, p. 148).

Já no âmbito regional, é lançada a Operação Pan-Americana (OPA) em 1958, em meio a uma conjuntura favorável criada pelo presidente americano Nixon (MELLO E SILVA, 1992, p. 219). Apresentada por Kubitschek e sem consulta prévia ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), a OPA sofreu críticas internas tanto do grupo entreguista, que temia que a operação fosse obstruir o bom relacionamento com os EUA; quanto dos nacionalistas, que a criticavam por não haver um questionamento efetivo do alinhamento aos EUA (MELLO E SILVA, 1992, p. 222).

Fortalecendo o argumento que estabelecia uma relação entre o subdesenvolvimento da região latino-americana com a ameaça de infiltração comunista, a operação buscava mais uma vez angariar apoio americano às políticas de desenvolvimento como forma de fortalecer o Ocidente frente ao bloco soviético. Além disso, conforme Cervo e Bueno:

JK sempre se referia ao desenvolvimento da América Latina como um todo, e não apenas ao do Brasil isoladamente. Os países subdesenvolvidos careciam de uma “solução global”. A OPA era “o meio de tornar mais sólida a democracia nesta área do mundo. [...] A OPA visava à luta contra o subdesenvolvimento em sentido global, e não especificamente econômico. (2002, p. 312-313)

Apesar de não ter alcançado grandes resultados, a OPA trouxe inovação ao pensamento diplomático brasileiro, tendo introduzido o novo prisma das relações multilaterais e sendo considerada por muitos uma espécie de “ante-sala” da PEI (MELLO E SILVA, 1992, p. 209). Além disso, Kubitschek reata as relações comerciais com a URSS e rompe com a política monetária do FMI, em 1959, postergando os problemas da inflação e da dívida externa (MANZUR, 2014, p. 181).

4.1.3 Autonomia pela distância

Contextualizado o período antecedente a Política Externa Independente, podemos perceber que os princípios de independência, autonomia e universalismo - que norteiam a PEI, já estavam presentes nas pautas dos governantes, apesar da dificuldade de implementação clara e concreta (MANZUR, 2014, p.182). No que tange aos aspectos sociais, a PEI:

não inovou radicalmente no discurso. Nesse particular, a novidade residia no fato de dar forte ênfase à alteração estrutural da sociedade, para que houvesse distribuição de renda e expansão do mercado interno. Prova disso é que a PEI acabou sendo uma das causas diretas do golpe militar, por

insistir na utilização da política externa como uma variável-chave para alterar a injusta distribuição de renda no país. (MELLO, 2009, p. 29)

A PEI tem seu processo de desenvolvimento e apogeu entre os anos de 1961 e 1964, em que o Brasil teve como presidentes Jânio Quadros e João Goulart, sob forte influência do independentista Afonso Arinos de Mello Franco, então atual ministro de Relações Exteriores. Nos anos de Goulart, foram ministros das Relações Exteriores San Tiago Dantas (setembro de 1961 a julho de 1962), Afonso Arinos (julho a setembro de 1962), Evandro Cavalcanti Lins e Silva (junho a agosto de 1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto de 1963 a março de 1964).

No âmbito econômico, Quadros recebeu um país endividado externamente e com altíssima inflação, herdado do governo de JK. Para tentar uma retomada da economia, lançou uma série de medidas como a “desvalorização cambial e a unificação do mercado de câmbio, a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios [...] concedidos às importações de petróleo e trigo” (VILELLA, 2005, p. 40).

Essas promessas agradaram os credores internacionais, como o FMI, que liberou à Quadros empréstimos e o refinanciamento das dívidas externas. Além disso, por meio da Aliança pelo Progresso, Quadros recebe voluptuosos empréstimos dos EUA (LOUREIRO, 2013, p. 561). O presidente Kennedy enxergava em Quadros um potencial aliado na América Latina, em meio a bipolaridade da Guerra Fria. Contudo, as expectativas duraram pouco.

Buscando se desvencilhar dos preceitos ideológicos e defendendo uma política autônoma, Quadros era pragmatista, priorizando as relações com os demais países em desenvolvimento— principalmente os vizinhos da América Latina (LIGIÉRO, 2011, p. 51). O país se aproxima da Argentina, intensificando relações políticas e comerciais. Reaproxima-se do Leste Europeu, retomando o contato diplomático e comercial com os países socialistas. Ademais, apoia explicitamente os processos de descolonização dos países afro-asiáticos, buscando estabelecer novos vínculos econômicos. Apesar do curto período do governo de Quadros, essa postura de alinhamento aos países terceiro-mundistas representou uma significativa alteração nos rumos estratégicos brasileiros.

Ainda em 1961, o presidente Jânio Quadros recebe a visita de Che Guevara, condecorando o revolucionário. Nota-se como o Brasil busca assumir uma postura frente aos impasses internacionais. Isso se corrobora na Conferência de Punta Del

Este de 1962, onde se tratavam as consequências da situação política de Cuba como uma ameaça à independência política dos Estados. Nessa conferência, Cuba foi suspensa da OEA, embora a decisão não tenha contado com maioria favorável dos países latino-americanos. Destaca-se a posição do Brasil, que liderada por San Tiago Dantas, se opôs às sanções contra Cuba.

Em seu discurso, Dantas procurou indicar uma terceira via para o conflito bipolar. Defendeu que os principais objetivos da conferência deveriam ser “a preservação da unidade do sistema regional, a manutenção de seus princípios e o fortalecimento da democracia” (FRANCHINI NETO, 2005, p. 12). Não se negava os problemas do comunismo, mas procurava-se uma nova forma de convivência com o Oriente e a preservação das instituições. O Brasil defendeu a autodeterminação de Cuba, se posicionando contra sua expulsão da OEA, e apontava uma ilegalidade na decisão, que não estava prevista no TIAR. Em outubro de 1962, por outro lado, o Brasil foi fiel ao seu princípio de pacifismo, apoiando o bloqueio naval sobre Cuba.

Franchini Neto (2005, p. 15), aponta a participação brasileira como uma intersecção entre o projeto de política externa de Jânio Quadros, e as exigências da situação doméstica do país após sua renúncia, quando se encontrava um quadro de radicalização política no país. Com a renúncia de Quadros, a postura americana muda drasticamente, congelando os processos de liberação de crédito anteriormente acordados (LOUREIRO, 2013, p. 565).

A implementação provisória do sistema parlamentarista no Brasil trouxe um grau de dificuldade às tomadas de decisão de Goulart, sendo um empecilho para os projetos de reformas socioeconômicas. As limitações de poder também tiveram impacto no campo diplomático, fazendo com que a chancelaria e o Itamaraty ganhassem maior influência na conduta da política externa brasileira (TORRES, DE MEDEIROS e PIMENTA, 2020, p. 55).

4.1.4 Goulart e o Plano Trienal

Enquanto Jânio Quadros era enquadrado em uma posição mais neutralista, Goulart era conhecido por ter ideais mais à esquerda do espectro político, onde imperavam valores como a justiça social, a distribuição de renda e o assistencialismo. No momento que Goulart assume, o Brasil se encontrava em um

quadro inflacionário altíssimo devido ao déficit na balança de pagamentos do país (que teve como origem uma série de fatores vistos anteriormente, como a abertura ao capital estrangeiro, evasão de remessas de lucro para o exterior e endividamento externo), o que acabava por perpetuar cada vez mais as desigualdades na sociedade brasileira. Os conflitos sociais eram cada vez mais gritantes, como elucida Rosângela Vieira:

Do mesmo modo que o desequilíbrio externo, o desequilíbrio inflacionário passou a impor sérias dificuldades à economia brasileira. [...] A partir do início dos anos 1960, porém, o ritmo de aumento do nível geral de preços começou a ultrapassar patamares funcionais para a própria continuidade do processo de crescimento. Um exemplo claro nesse sentido é a intensificação do conflito capital-trabalho, motivada pelas perdas reais de salários dos trabalhadores. As greves urbanas intensificam-se entre fins da década de 1950 e início da de 1960, prejudicando o ritmo de funcionamento de vários setores da economia. Dificuldades de financiamento, em razão da instabilidade inflacionária, também passam a ser cada vez mais intensas. Apesar das causas da inflação terem sido (e ainda são, em certo grau) motivo de forte controvérsia entre economistas e cientistas sociais [...], existe relativo consenso de que uma de suas causas estava no alto nível de déficit público que o Estado brasileiro passará a apresentar ao longo dos anos 1950, puxado pela crescente necessidade de investimentos infraestruturais (setores de energia e transportes, sobretudo), sem que esse padrão de despesas tivesse sido acompanhado por uma elevação proporcional do nível de receitas. (2014, p. 147)

Tendo em vista tamanho desequilíbrio na economia, eram prioridades de Goulart uma série de reformas estruturais. Para tentar reaver o saldo da balança de pagamentos do país, foi regulamentada a Lei de Remessa de Lucros ao exterior, o que acabou por reduzir o déficit nas contas, mas por outro lado também reduziu o investimento no país (MOREIRA, 2011, p. 54). Em 1963, foi lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, tendo sido formulado por Celso Furtado ainda no período parlamentarista. Segundo Villela:

Para Furtado, a crise econômica por que passava o país era, antes de mais nada, uma crise do modelo de desenvolvimento, e que só poderia ser superada “com o aprofundamento do próprio modelo, ou seja, com a ampliação do mercado interno, através da reforma agrária e de outras políticas voltadas à redistribuição de renda”. (2005, p. 14)

O plano defendia uma série de medidas para a estabilização da economia e para promover um crescimento econômico sustentável. Entre elas, estavam reformas que reivindicavam, essencialmente, a reforma agrária (carro chefe da campanha, que visava eliminar conflitos pela posse de terra e garantir o acesso a mesma aos trabalhadores rurais), a reforma pela educação (prometia mais escolas e universidades públicas), a reforma urbana (tencionava uma moradia mais digna e com condições básicas para a população e a extinção das favelas) e a reforma

tributária (aspirava em taxar as pessoas mais ricas) (TORRES, DE MEDEIROS e PIMENTA,, 2020 p. 56).

Com dívidas e compromissos fiscais para os anos de 1964 e 1965 que beiravam a receita de exportação brasileira de todo um ano (MOREIRA, 2011, p.53), ficava claro que para cumprir seus compromissos era necessária ajuda externa, além da própria manutenção do ritmo da economia (VIEIRA, 2014, p. 149). Dessa forma, ganhavam atenção de Goulart esse relacionamento com os credores, principalmente os Estados Unidos. No entanto, as medidas tomadas pelo então presidente do Brasil eram vistas como uma grande ameaça, tanto para empresas estrangeiras, que tiveram seus interesses prejudicados - quanto ideologicamente falando.

Embora não se possa afirmar que os EUA boicotaram Goulart, pode-se dizer que assumiram uma postura bastante conservadora frente à delimitação das políticas sociais e econômicas do seu governo. Os americanos eram bastante céticos quanto ao Plano Trienal, e exigiam medidas econômicas severas, como o corte de gastos públicos e o incremento de receitas, a manutenção do câmbio e um maior controle dos empréstimos do setor privado (VIEIRA, 2014, p. 155).

No âmbito interno, a polarização se agravava cada vez mais, com os conhecidos “entreguistas” e “nacionalistas” divergindo sobre os modelos de reforma propostos. A inserção internacional que a Política Externa Independente pregou - como a relação comercial e diplomática com países socialistas, como China e Cuba, e a defesa dos países africanos que lutavam contra o colonialismo (VILELLA, 2005, p. 43) - intensificou o descontentamento dos contrários ao governo, que enxergavam uma grande ameaça comunista à sociedade, provenientes do próprio governo. Em meio a Guerra Fria, período desfavorável para a aplicação de ideologias independentes, esses foram alguns dos agravamentos que levaram ao Golpe, como tratado durante o segundo capítulo deste trabalho. Ademais:

O governo estadunidense acreditava que os empréstimos das organizações internacionais seriam direcionados para a guerrilha comunista no Brasil, usando de sua influência sobre as instituições que poderiam fornecer crédito ao governo brasileiro (como o FMI e o Banco Mundial) para limitar o capital estrangeiro para Goulart. Dessa forma, a falta de investimento externo influenciada pelos EUA dificultou a efetividade dos planos econômicos do presidente, aumentando ainda mais a insatisfação doméstica com seu governo. (TORRES, DE MEDEIROS e PIMENTA, 2020, p. 57)

4.1.5 Mudanças na formulação da PEI

Ficava cada vez mais claro o impasse nas negociações com os Estados Unidos e o FMI, sobretudo no ritmo que o Plano Trienal se propunha a combater a inflação. A implementação de medidas severas com resultados a curto prazo, como exigidos pelo fundo para a liberação dos empréstimos anteriormente acordados, aguçariam os conflitos sociais e trariam ainda mais instabilidade política ao governo democrático (VIEIRA, 2014, p. 156).

Por outro lado, pode-se afirmar que Goulart cedeu em diversos pontos ao longo de seu governo, como na abolição dos subsídios do trigo e petróleo em 1963, o controle de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, um reajuste salarial dos servidores públicos, entre outros (VIEIRA, 2014, p. 157). Ainda em 1963, San Tiago Dantas foi aos EUA em uma missão para renegociar as dívidas externas brasileiras e obter ajuda financeira - visita semelhante à de Goulart, mas dessa vez, não obteve-se sucesso (VILELLA, 2005, p. 42). Foi uma questão de tempo para a situação política brasileira ir se deteriorando. Conforme Fonseca:

A partir daí, iniciou-se a fase de randomização. Pressionado politicamente pelos custos impostos pela austeridade e pela própria inflação que não cedia na velocidade desejada, voltaram os subsídios ao trigo e aos derivados de petróleo. [...] Este último mês foi marcado pelo afrouxamento do crédito e pela expansão monetária e do déficit público, sinalizando que a dupla San Thiago Dantas -Celso Furtado começava a perder espaço dentro do governo e não conseguia manter pulso para dar continuidade à política econômica proposta. (2004, p. 611)

Compreende-se que na medida em que os esforços brasileiros para obter ajuda internacional foram se esgotando, houve um relaxamento nas metas de austeridade do Plano (VIEIRA, 2014, p. 160). Além disso, houve uma mudança nas lideranças dos ministérios, o que não impediu o processo de desaceleração da economia. Desesperançoso com as medidas de estabilização econômicas, Goulart passou a priorizar as reformas de base (FONSECA, 2004, p. 617), o que levou a uma grande reação da sociedade mais conservadora. Em março de 1964, teve início uma série de manifestações, como a Marcha pela Família com Deus pela Liberdade (VILELLA, 2005 p. 43), movimento que protestava contra as medidas do governo, que eram consideradas como “um passo para o comunismo”.

Esse alto grau de bipolarização interna, somada à pressão externa que o país sofria, acabaram por dar força à conspiração político-militar para derrubar o governo de Goulart, em meados de 30 de março de 1964 (TORRES, DE MEDEIROS e

PIMENTA, 2020, p. 57). A movimentação dos militares era fundada na suposta necessidade de restauração da ordem do país e para tanto, começaram a tomar o poder de maneira completamente desorganizada, enquanto ocorriam vários protestos e prisões por todo o Brasil. Os brasileiros só votariam para presidente novamente, vinte e cinco anos depois. Foi eleito para presidência do Brasil, pelo congresso, um dos militares líderes do golpe, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

4.2 ATORES E DECISÕES DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO LULA

4.2.1 Do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo

A intensificação da globalização financeira e produtiva acarretou em novas perspectivas para o financiamento externo do Brasil e outros países emergentes. O Brasil se torna receptor de capital externo, com o Estado desenhando um papel de poder central ativo e de coordenador do desenvolvimento econômico. O início da década de 1990 para o governo brasileiro foi marcado pela volta do regime democrático e questões pertinentes ao restabelecimento da credibilidade econômica e monetária do país, sendo a prioridade dos governos de Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) (MARTINS, p. 355, 2018). Somente com a reestruturação da dívida externa e implantação do real como moeda, que o país consolida uma base econômica indispensável à viabilidade de projetos políticos internos e internacionais, de modo a se reinserir no comércio internacional.

Esse período é marcado pelo abandono da política de substituição de importações e a aderência ao sistema econômico liberal. Dessa forma, o país começa a tentar se posicionar como um *global trader* por meio da diversificação das parcerias internacionais. Nesse ponto podemos visualizar a existência de uma linha de continuidade no padrão de inserção internacional do período da PEI, por meio dos conceitos de independência, autonomia, diversificação e universalização (DE OLIVEIRA, 2017, p. 231). Por outro lado, na década de 1990 se destaca o surgimento de uma nova ênfase perante a nova quadratura do Sistema Internacional, o regionalismo e a atuação brasileira nos processos de integração regional.

Dentro deste espectro, pode-se visualizar como o Brasil, perante a intensificação do comércio internacional, busca voltar seu enfoque à organização

das relações com países vizinhos - estes que enfrentam desafios similares aos brasileiros. Nesse sentido, vemos a busca pela consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e em seguida, o estabelecimento da Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) e no caráter de integração hemisférica, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O MERCOSUL nasce em 1991, por meio do Tratado de Assunção, inicialmente assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, buscando instituir a integração dos países membros por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (MARTINS, 2018, p. 361). A partir de 1994, o bloco obtém personalidade jurídica de direito internacional, passando a ter competência para negociar acordo com outros países, grupos e organismos internacionais. Além disso, o MERCOSUL se caracteriza pelo regionalismo aberto, buscando estimular o intercâmbio com outros parceiros comerciais. Segundo Vizentini:

Apesar das medidas de abertura unilateral do mercado interno, que sinalizam em direção a uma aceitação das regras internacionais, o Brasil não abandonou suas parcerias diversificadas nem suas características de global trader. Assim, quanto mais se deterioravam as condições internacionais, mais a política externa brasileira tratava de criar uma nova realidade regional. Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios econômicos mais imediatos, reforçar-se-ia a base regional como forma de incrementar a participação do Brasil e de seus parceiros platinos no plano mundial. (2001, p. 128)

Ou seja, o MERCOSUL por si só não constitui um fim em si mesmo, e sim fazia parte de um projeto maior. Em resposta às negociações americanas para a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o Brasil reage lançando em 1993, a iniciativa de Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), além de estabelecer relações a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) com países sul-americanos e africanos, numa estratégia de expansão do MERCOSUL.

Em 1994, na Reunião de Cúpula de Miami, com o presidente americano Clinton, surge a proposta de criação de uma zona hemisférica de livre-comércio, a ALCA, que, diga-se de passagem, não foi vista com bons olhos pelo governo brasileiro (BERRINGER, 2014, p. 204). Devido a assimetria de poder, tamanho e nível de desenvolvimento entre as nações, a ALCA tenderia a aprofundar a posição desvantajosa da América Latina em relação aos Estados Unidos (VIZENTINI, 2001, p. 131).

Em 2001 acontece a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), reunindo diversos movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais contra o neoliberalismo, levando ao surgimento da Campanha Continental Contra a ALCA. A campanha contra a ALCA tinha por objetivo a conscientização e mobilização da população para que o governo não assinasse o tratado. Tatiana Berringer acrescenta:

A oposição à Alca exerceu, portanto, um papel fundamental para a unificação das forças de esquerda em diversos países continente. Por isso, as mudanças eleitorais que aconteceram no período posterior, mas que haviam começado com Chávez em 1998 na Venezuela, trouxeram nos seus discursos e nas suas bandeiras políticas a ênfase na reforma do neoliberalismo e na integração sul-americana, e a negação à ALCA. Isso teve importância nas eleições de Lula no Brasil em 2002, de Nestor Kischner em 2003 na Argentina, de Tabaré Vasquez em 2004 no Uruguai, de Evo Morales na Bolívia em 2005, de Rafael Correa em 2006 no Equador e, por fim, de Juan Manuel Santos na Colômbia em 2009. (2014, p. 118).

Ainda em 2002, foi organizado um plebiscito popular quanto à adesão brasileira à Alca, que foi rejeitada por 95% dos participantes. Essa luta uniu diversos setores contra o aprofundamento das medidas neoliberais na região, e de certa forma, contribuiu para a corroboração de uma plataforma neodesenvolvimentista que vinha à ser ilustrada no Governo Lula. Segundo Carnevalli da Silva (2019, p. 91), o novo desenvolvimentismo rejeita a ideia de um Estado sem recursos e isento de responsabilidades para com o mercado; o Estado deve assumir a postura de instrumento promotor da confluência entre as classes, e ao mesmo tempo, estabelecer práticas e políticas para conduzir o país ao desenvolvimento. Segundo Cunha, Haines e Malaguti:

Não se trata de um retorno puro e simples ao nacional-desenvolvimentismo do pós-guerra, especialmente no que se refere ao papel do Estado como produtor de bens e serviços e fonte exclusiva de estímulos creditícios e fiscais, num ambiente marcado por um menor grau de abertura econômica. O desafio posto é o de combinar crescimento com equidade social levando-se em conta os processos mais gerais de globalização e de rigidez das relações de poder na esfera internacional. (2007, p. 4)

O projeto neodesenvolvimentista busca atender as necessidades das mais distintas classes que formam uma nação, como a classe empresarial, os trabalhadores e os burocratas. Tais classes ocupam diferentes papéis na formação do Estado, as quais devem conduzir suas práticas em prol do interesse estatal, o que dá de certa forma à própria sociedade um papel de responsabilidade no

fortalecimento do Estado. Se opondo assim, a perspectiva de isolamento do Estado, durante o neoliberalismo.

4.2.2 Autonomia pela diversificação

Enquanto a Política Externa Independente foi disruptiva em seus discursos e ideais, analisamos o período Lula enquanto uma releitura da PEI voltada às ações. Se no período da PEI o espaço para as manobras políticas era apertado, principalmente devido à dinâmica da Guerra Fria, durante os anos 2000 o Brasil se encontrava em um período totalmente distinto, aberto à uma infinidade de possibilidades.

Enquanto o governo de FHC ficou conhecido pela autonomia pela participação, como tratado no terceiro capítulo, podemos afirmar que Lula utiliza da estratégia de autonomia pela diversificação, buscando um maior equilíbrio com os países do norte por meio da cooperação Sul-Sul, de forma a perpetuar o protagonismo internacional do Brasil. Em seu discurso de posse, Lula declara: "A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social" (2003). Confluindo com os ideais norteadores da PEI, mantem-se a ideia de que "a única forma de atingir desenvolvimento estável e de longo prazo é permitindo que todas as nações disponham dos mínimos requisitos de existência, pois o contrário significa constantes conflitos entre favorecidos e desfavorecidos do sistema" (MELLO, 2009, p. 68).

Logo no início de seu governo, Lula participou do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico de Davos, quando defendeu o aumento da ajuda externa dos países desenvolvidos (e ricos) para o combate à fome e a pobreza extrema (CEPALUNI e VIGEVANI, 2007, p. 281). Foram perceptíveis as posições do presidente para a superação efetiva da miséria, como podemos visualizar em seu discurso na XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento:

Globalização não é sinônimo de desenvolvimento. Globalização não é um substituto para o desenvolvimento. Mas a globalização pode ser um instrumento de desenvolvimento, desde que os seus benefícios possam ser repartidos entre todos. A eliminação da fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável devem ser uma preocupação de todos os países, inclusive e, sobretudo, dos mais ricos. Trata-se de um imperativo, se quisermos garantir a paz e o efetivo cumprimento dos direitos humanos. (Discurso do presidente Lula, 2004, p. 5)

Além disso, podemos notar o caráter reivindicativo à comunidade internacional como um todo nos discursos de Lula, bem como a busca de conciliar as contradições entre objetivo (justiça social) e instrumento (capitalismo liberal) (MELLO, 2009, p. 70). Para o presidente, não há um verdadeiro desenvolvimento econômico sem a distribuição de renda. Assim, começa a se desenhar sua política de governo, que buscou uma maior projeção internacional do Brasil, se aproximando de Estados dependentes - ou emergentes, buscando aumentar a margem de manobra em relação aos países ricos, além de manter uma postura crítica à assimetria de poder e às regras das organizações internacionais. (BERRINGER, 2014, p. 143).

4.2.3 Coalizões Sul-Sul

Os acontecimentos após o 11 de setembro e a posterior política de Guerra ao Terror por parte dos Estados Unidos, em conjunto com as dificuldades da Rodada de Doha da OMC, foram fortes elementos que acabaram por dar sustentação à visão de mundo dos principais formuladores de política externa do governo Lula (CEPALUNI e VIGEVANI, 2007, p. 295). Foram nomeados Celso Amorim, para o Ministério das Relações Exteriores, e Samuel Pinheiro Guimarães, para Secretário-geral. Vale destacar também que Lula teve um papel de ator ativo na política externa, tendo feito inúmeras viagens para intensificar o relacionamento com os mais diversos países.

As nações em desenvolvimento receberam uma grande atenção de Lula, em especial, a China, Índia, Rússia e África do Sul. Em 2003, tem-se a inauguração das estratégias de coalizão Sul-sul, por meio da criação do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). O Fórum tinha como eixo a cooperação para o desenvolvimento, a defesa do multilateralismo e a luta contra a pobreza. Aliado ao G-4 (formado por Brasil, Alemanha, Japão e Índia em 2005), os grupos lutaram pela democratização do Conselho de Segurança da ONU (BERRINGER, 2014, p. 145). Apesar dos esforços das diplomacias, a reação global não permitiu grandes avanços da reforma (CERVO e BUENO, 2002, p. 541).

Em 2004, o Brasil reconheceu a China como uma economia de mercado, além de se aproximar de países lusófonos e árabes, por meio da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) (EIRAS, 2011, p. 12). A África também recebe atenção e investimento brasileiro, por meio da abertura de embaixadas e consulados. Podemos perceber aqui propostas em comum com o princípio de universalismo da PEI. Henrique de Altemani adiciona:

De um lado, pode-se aventar a hipótese de que a principal motivação decorre do fato de essas parcerias corresponderem a mercados emergentes, com amplas possibilidades de absorção de produtos brasileiros e de fornecimento de insumos ou de investimentos requisitados pelo Brasil. De outro lado, no entanto, compreendem espaços políticos, com forte expressão regional e, precipuamente, com perspectiva de atuação conjunta em organismos internacionais. (2017, p. 263)

Nesse mesmo sentido, destacamos a criação do G-20, após a Rodada de Doha em Cancun. Os países constituintes postulavam o fim dos subsídios domésticos às exportações de produtos agrícolas, além de um maior acesso aos mercados europeus e americanos (CEPALUNI e VIGEVANI, 2007, p. 298). Vemos entre os integrantes visões de mundo semelhantes, apontando para a existência de uma comunidade de interesses, principalmente em relação a alguns itens, como a liberalização do comércio para a agricultura; e uma descrença coletiva no papel da OMC. A coalizão alcançou algumas vitórias, mas em 2008, a OMC apresenta um pacote de aumento gradual da liberalização dos produtos agrícolas pelos EUA e União Europeia, em conjunto com cortes tarifários para bens industriais, o que levou o Estado brasileiro a aceitar as negociações e levou a um afastamento do país do G-20 (BERRINGER, 2014, p. 146).

4.2.4 Integração Regional

No que tange à agenda de política externa quanto ao fomento da integração regional, vale destacar a Cúpula de Ouro Preto, em 2004, que teve como caráter principal o relançamento do MERCOSUL. O relançamento previa um novo modelo de integração, diferente do adotado por FHC, acusado “de terem instrumentalizado o MERCOSUL para legitimar suas políticas econômicas de abertura comercial, mais do que investido no bloco como um projeto comum de integração” (DE OLIVEIRA, 2017, p. 251). Os compromissos assumidos visavam o aumento da institucionalização do bloco e a redução de assimetrias entre os Estados (BERRINGER, 2014, p. 149).

A expectativa era de que se investindo na redução de assimetrias no bloco, o investimento iria retornar de uma forma ou outra para o Brasil. O país foi o principal contribuinte para os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), além de conceber linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos sociais e de infraestrutura. O fortalecimento do MERCOSUL foi muito importante para uma ação coordenada dos participantes perante as tratativas da Alca, que acabou por ser arquivada.

Como iniciativas para a integração regional, também em 2004, destaca-se o lançamento da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), que evoluiu para a criação da UNASUL. Foram relevantes a busca por consenso quanto às iniciativas de integração na área energética, levando a uma série de acordos, como os assinados entre a Petrobrás e a PDVSA, estatal venezuelana. A questão energética teve situações bastante desafiadoras para o governo de Lula, principalmente quanto às renegociações de contratos da Petrobras na Bolívia.

Necessitando diversificar suas fontes energéticas, a importação de gás da Bolívia se apresentou como uma das melhores alternativas para o Brasil, que fez grandes investimentos para a perpetuação da viabilidade do Gasoduto Bolívia-Brasil na década de 1990. O projeto teve como base o contrato de compra e venda entre YPFB (companhia estatal boliviana) e a Petrobrás-Bolívia. No entanto, a partir de 1999 houve uma série de privatizações na Bolívia - inclusive das refinarias, que em conjunto com as crises internacionais, levaram à uma queda no crescimento econômico boliviano, e por conseguinte, uma série de crises políticas internas.

Em 2005, Evo Morales é eleito a presidente da Bolívia, lançando um decreto para nacionalizar o setor de hidrocarbonetos, o que causou um choque nas relações internacionais do país, especialmente com o Brasil. Segundo Duarte, Saraiva e Boné:

A Petrobrás, que, em 2005, correspondeu a 18% do PIB boliviano, a 22% da sua arrecadação tributária e a 20% de IED, foi uma das empresas mais prejudicadas com essa medida e, junto com o Governo brasileiro, negociou um acordo para que a carga tributária sobre a exploração do petróleo boliviano diminuísse e fosse vantajosa a continuação das suas atividades no País. Vale notar-se que o contrato assinado pela Petrobrás e a YPFB representou os interesses do Governo boliviano quanto às atividades de exploração e produção de gás natural. (2008, p. 96)

O governo brasileiro acabou por acatar as exigências de Evo Morales quanto ao pagamento dos preços vigentes no mercado internacional pelos hidrocarbonetos, além de ter efetivado o acordo de compra das refinarias da Petrobrás por preços abaixo do mercado. Esse aceite por parte do governo brasileiro se deve principalmente porque o Estado brasileiro estava diante de um governo parceiro, que possuía uma economia frágil e com um presidente recém eleito que se opunha ao neoliberalismo. Dessa forma, o Brasil decide por contribuir para que o programa político deste governo fosse efetivado e para que houvesse desenvolvimento econômico na Bolívia; estrategicamente essas iniciativas fortaleceram os processos de integração regional (BERRINGER, 2014, p. 182).

4.2.5 Medidas quanto à crise

Como abordado no segundo capítulo do trabalho, o primeiro efeito da crise financeira internacional no Brasil foi a escassez de crédito internacional, que levou os bancos a retrain o crédito na economia, causando uma desaceleração na atividade econômica brasileira. Após a falência do Lehman Brothers, intensificam-se os agravantes da crise, havendo a desvalorização das moedas periféricas, como o Real, e a fuga de capitais, especialmente os especulativos (DEUS e LIMA, 2013, p. 56).

A rápida desvalorização do real desestabilizou a economia brasileira, gerando prejuízo às empresas do setor produtivo, principalmente as voltadas à exportação. No entanto, considera-se que a indústria se recuperou com relativa rapidez. As exportações e importações também caíram neste período, e sua recuperação levou um pouco mais de tempo, iniciando-se no segundo trimestre de 2009. Quanto às medidas tomadas pelo governo Lula frente a crise:

[...] é possível identificar com mais facilidade e abrangência a presença das medidas de expansão da liquidez, políticas macroeconômicas expansionistas e controle do câmbio. Quanto à expansão da liquidez, houve maior disponibilidade de recursos de empréstimos para agentes financeiros, empresas exportadoras e construtoras e envolveu, principalmente, a flexibilização do redesconto, a redução dos depósitos compulsórios, a expansão do crédito para o agronegócio e a ampliação do financiamento do setor exportador em geral. (DEUS e LIMA, 2013, p. 58).

Considera-se que o impacto da crise financeira internacional foi mais prejudicial nas economias maduras do que nos mercados emergentes, levando ao

aumento do desemprego, da deterioração fiscal e à queda do comércio internacional. A rápida recuperação da economia brasileira e das exportações/importações se deram, de maneira geral, pela maior estabilidade do sistema financeiro brasileiro, pelas medidas expansionistas monetárias e fiscais, e principalmente pela diversificação dos destinos das exportações (MOLLER e VITAL, 2013, p. 12- 13).

Frisa-se aqui a importância dos BRICS para a economia brasileira. O BRICS foi institucionalizado em 2007, inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China, com a África do Sul ingressando no bloco em 2011. Na esfera econômica, o grupo busca atingir uma reestruturação das instituições financeiras internacionais, favorecendo os países em desenvolvimento. Já no que tange ao plano político, abre-se espaço para questões como a reforma no Conselho de Segurança da ONU. Segundo Gomes (2016, p.15): “[...] apesar de não se constituir, em princípio, um conjunto político institucionalizado ou econômico unido, o BRICS compartilha interesses comuns com o propósito de defender alterações do status quo econômico mundial”.

A crise financeira em 2008 que acabou por atingir os países desenvolvidos marcou o início da cooperação e aproximação política entre os BRICS, que permaneciam com suas economias relativamente estáveis. Os BRICS acabavam por simbolizar algo que em 1990 não parecia possível: a transferência de poder dos Estados Unidos e Europa para as potências emergentes. Essa mudança vem ocorrendo de forma rápida, proporcionando uma desocidentalização do mundo e uma maior diversificação ideológica. (STUENKEL, 2017, p. 21).

A aproximação entre Brasil e China reflete o aumento da importância da união de países em desenvolvimento, e o início do século XXI fica marcado pela busca de uma ordem multipolar, onde os países em processo de desenvolvimento possam se sentir mais representados a nível internacional nas mais diferentes esferas. Após a ascensão do Partido Comunista Chinês, período marcado pelo progresso tecnológico e industrial, foi visível um aumento no comércio exterior e também do consumo interno da China, proporcionando um crescimento econômico do país; o que levou a China a fortalecer diversos laços, principalmente com o Brasil.

A ascensão da China acabou por afetar a estrutura produtiva de diversos países, como os da América Latina, devido à sua grande demanda por commodities. O Brasil acabou se tornando o maior exportador de soja na balança comercial

chinesa devido ao processo de urbanização chinês. A coalizão dos BRICS aproxima mercados como o brasileiro e o chinês, dois dos maiores mercados emergentes do Oriente e do Ocidente; tornando possível assim uma reestruturação da geografia econômica e diplomática do mundo, devido ao significativo potencial desses países emergentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de Guerra Fria, que vigorou entre 1945 e 1989, embora não tenha se transformado em uma guerra direta, constituiu um Sistema Internacional em que as grandes potências baseavam sua política externa tendo em vista o conflito bipolar, levando à dominação de um discurso antagônico por todo o mundo. Esse cenário teve muita influência no cenário nacional brasileiro, sendo um período marcado pela divisão interna entre entreguistas e nacionalistas.

Os governos de Jânio Quadros e João Goulart, por meio da PEI, escolheram adotar uma posição nacionalista, buscando empreender relações diplomáticas e comerciais para além dos blocos ideológicos. Iniciou-se um movimento de descolamento das grandes potências - por meio da autonomia pela distância - em que o governo brasileiro procurou se posicionar a favor de seus próprios interesses e princípios, como vimos na defesa da autodeterminação de Cuba perante à OEA.

No campo interno, eram defendidas uma série de reformas de base, como a reforma agrária, a reforma pela educação, a reforma tributária e a reforma urbana; medidas que foram encaradas como ideologias comunistas. O posicionamento dos presidentes e de seus diplomatas não foram bem recebidos em um mundo bipolar, o que culminou no golpe de 1964, levando o Brasil à ditadura.

No segundo período analisado, destacamos a ampliação do Sistema Internacional com os adventos da globalização, quando houve a emergência de novos atores e fenômenos. Houve o início de uma queda hegemônica dos EUA, que tiveram sua atenção voltada à Guerra ao Terror. Na América Latina, ganham espaço as ideologias neoliberais, quando foram instauradas uma série de privatizações e medidas que levaram no final da década a um quadro de insatisfação geral. Nesse momento, também surgiram movimentos de integração regional, que se intensificaram sobre o governo de Lula.

Sobre a presidência de Lula, podemos visualizar o reforço do papel do Estado como promotor de práticas e políticas para o desenvolvimento do país. Por meio da autonomia pela diversificação, Lula procurou lançar o projeto de uma América Latina unida, o que se demonstrou na tentativa de relançar o Mercosul e o arquivamento da ALCA, que não favorecia os interesses latino-americanos.

Quanto aos EUA, vimos diversas tentativas brasileiras de se aproximar do país e receber investimento externo, que não foram bem sucedidas. A Política

Externa Independente procurou lançar o Brasil para além da zona de influência americana, mas não conseguiu perpetuar relações significativas naquele período. No Governo Lula, o presidente não descartou as relações com o país, mas procurou diversificar os parceiros comerciais brasileiros, tendo um relativo sucesso; principalmente quando a crise de 2008 estourou e o país não sofreu graves reverberações.

A Política Externa Independente ficou muito mais no campo das ideias, principalmente pelo país não ter tido condições em meio ao cenário internacional de realizar grandes mudanças, mas representou um grande marco na política externa brasileira, lançando conceitos e ideias que estavam de certa forma muito à frente de seu tempo e foram retomadas pelo presidente Lula. Lula recebeu um país mais forte, em que iniciativas de integração regional já haviam sido iniciadas por governos anteriores, dando continuidade a essas políticas e buscando um papel ativo do Estado brasileiro perante as organizações internacionais.

O sucesso da política externa de Lula se deu principalmente pela busca de coalizões que reforçaram o poder brasileiro no Sistema Internacional, o que não foi possível durante a Política Externa Independente, que ainda dava os primeiros passos em sua busca por diversificação. No que tange às políticas sociais, houve uma clara continuidade nos princípios de justiça social da PEI, com o presidente Lula reivindicando a atenção internacional perante aos desafios no combate à fome e à pobreza extrema, além das medidas internas.

Concluindo os objetivos deste trabalho, podemos perceber como o Brasil conseguiu aumentar seu espaço de manobra frente à uma economia marcada pela interdependência entre os países, fazendo com que os interesses brasileiros se concretizassem. Foi dada continuidade aos princípios lançados durante a PEI, com ajustes necessários tendo em vista a nova ordem multipolar do Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

ARCHIVES, George W. Bush Whitehouse. **The National Security Strategy of the United States of America**. 2002. Consulta realizada em julho, 2022.

ARINOS FILHO, Afonso; DE MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos**. Paz e Terra, 2001.

ARNOLD, James R.; WIENER, Roberta. **COLD WAR: THE ESSENTIAL REFERENCE GUIDE**. Santa Barbara, CA: ABC-Clio, 2012. 443 p.

AVERBUG, André. **O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da Alca**. 1999.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **Quando países emergentes reformam a governança global das mudanças climáticas**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, p. 73-90, 2010.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Tomo I. Brasília: FUNAG, 2012.

BARROS, José D.'Assunção. **História comparada**. Editora Vozes Limitada, 2014.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **A Alca e o Brasil**. *Estudos Avançados*, v. 17, p. 267-293, 2003. 2003.

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Campinas: Tese (Doutorado em Ciência Política)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

BURKHARDT, Fabiano. **DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NO SUL GEOPOLÍTICO: A INDONÉSIA PÓS-SUHARTO**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96172>

CAMARGO, Sonia de. **O canto da sereia: América Latina perante a Alca**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, p. 94-104, 2002.

CARTER, JIMMY. **Just War – or a Just War?**. *The New York Times*. NY, 9 mar. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/03/09/opinion/just-war-or-a-just-war.html>

CATTAL, Júlio Barnez Pignata. **A REVOLTA DOS FATOS CONTRA A LEI: antitotalitarismo e modernização jurídica no Brasil da Guerra Fria**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21022019-112324/publico/2018_JulioBarnezPignataCattai_VOrig.pdf Acesso em: 19 mai. 2022.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações**. 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Universidade de Brasília, 2002.

CORREA, Marcos Sá. **1964 visto, anotado e comentado pela Casa Branca**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=86953> Acesso em: 30/07/2022.

COSSUL, Naiane Inez. **Atuação brasileira na agenda regional de segurança e defesa: possibilidades de autonomia diante das mudanças sistêmicas**. Conjuntura Global, v. 5, n. 2, 2016.

CUNHA, André. HAINES, Andrés. MALAGUTI, Mirelli. **A Argentina e o novo desenvolvimentismo**. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4731574_A_ARGENTINA_E_O_NOVO_D_ESENVOLVIMENTISMO>

Discurso de Posse, Embaixador Celso Amorim, 01/01/2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/celso-luiz-nunes-amorim-discurso-de-posse>> Acesso em 04 ago. 2022.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

DE PAULA, Luiz Fernando et al. **Desdobramentos da crise financeira internacional**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 31, n. 2, p. 315-334, 2011.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A política externa independente do Governo João Goulart (1961-1964): Movimentos “quentes” de uma Guerra Fria**. Métis: história & cultura, v. 7, n. 13, 2008.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o jornal Correio do Povo e a Guerra Quente no Brasil (1961-1964)**. Em tempo de histórias: revista dos alunos da pós-graduação em história. Brasília, DF. Vol. 12, n. 12 (jan./jun. 2008), p. 68-85, 2008.

DUARTE, Bernardo Pestana Mello C.; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONÉ, Rosemarie Broker. **Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em 2006**. Indicadores econômicos FEE, v. 36, n. 1, p. 87-98, 2008.

EIRAS, André Luis Silva. **Por uma nova Política Externa Independente: O Governo Lula revisitado**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

ESCORREGA, Luís Carlos Falcão. **DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NO PERÍODO DA GUERRA DO ULTRAMAR (1961-1973)**. n. 1. v. 3. Lisboa, PT: Revista de Ciências Militares, 2015. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36365/1/Da%20evolu%
c3%a7%c3%a3o%20da%20economia%20portuguesa%20...%20%28por%29_Lu%c3%ads%20Escorrega.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36365/1/Da%20evolu%c3%a7%c3%a3o%20da%20economia%20portuguesa%20...%20%28por%29_Lu%c3%ads%20Escorrega.pdf) Acesso em: 25 abr. 2022.

FRANCHINI NETO, Hélio. **A política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, p. 129-151, 2005.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. 2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Estudos avançados, v. 23, p. 125-145, 2009

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 34, p. 587-622, 2004.

FONTAINE, Patrick. **Formação do pensamento brasileiro moderno sobre a inflação: da Segunda Guerra Mundial à crise cambial (1939-1947)**. Economia e Sociedade, v. 29, p. 497-524, 2020.

GOMES, Gabriel Galdino. **BRICS na América Latina e Caribe: a emergência de uma nova governança global**. 2016.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

DE LIMA GRECCO, Gabriela; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. **Em que pensam os historiadores ao fazer história comparada?**. Revista Tempo e Argumento, v. 11, n. 28, 2019.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. 632 p.

JANIO CONDECORA GUEVARA. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 20 ago. 1961. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm> Acesso em 26/07/2022.

KARYOTIS, Georgios. **European migration policy in the aftermath of September 11: The security–migration nexus**. Innovation: The European Journal of Social Science Research, v. 20, n. 1, p. 1-17, 2007.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A influência do discurso neoconservador na política externa americana e suas consequências.** Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 7, n. 13, p. 39-55, 2008.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?.** Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira.** Revista Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

LOPES, Tiago Camarinha. **CHARLES BETTELHEIM SOBRE A REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA.** n. 1. Uberlândia, MG: Revista Leste Vermelho, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tiago-Camarinha-Lopes/publication/278676412_Bettelheim_sobre_a_Revolucao_Cultural_Chinesa/links/599381f8aca272ec9084df36/Bettelheim-sobre-a-Revolucao-Cultural-Chinesa.pdf Acesso em: 25 abr. 2022.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962).** Economia e Sociedade, v. 22, p. 547-576, 2013.

MAGALHÃES, Mário. **19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe.** Blog do Mario Magalhães, 2014. Disponível em <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>> Acesso em: 30/07/2022.

MANZUR, Tânia Maria PG. **A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 169-199, 2014.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Realismo, ambição e frustração: o Brasil e sua política internacional (1985-2015).** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Editora José Olympio, 2018.

MELCHIONNA, Fernanda, VIANNA, Marcus Vinicius Martin. **Economia e Política: Reflexões Sobre os Governos Vargas, Jk e João Goulart.** Revista Historiador 2, 2009.

MELLO, Eduardo Brigidi de. **A nova política externa independente: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século 21.** 2009.

MELLO e SILVA, Alexandra de. **A política externa de JK: a Operação Pan-Americana.** 1992.

MENDES, Alberto Dias; DA SILVA, Alex Conceição Vasconcelos. **Intelectuais e poder: o impacto de Che Guevara no Brasil**. XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015.

MOLLER, Horst Dieter; VITAL, Tales. **Os impactos da crise financeira global 2008/09 e da crise na área de euro desde 2010 sobre a balança comercial brasileira**. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 4, n. 1, 2013.

MOREIRA, Cássio. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

NATIONAL ARCHIVES. **Truman Doctrine (1947)**. Washington, D.C.: 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine> Acesso em: 22 abr. 2022.

NETO, Antônio Francisco da Costa Silva. **O conceito de desenvolvimento e seu reflexo na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Cadernos do IPRI, n. 2, p. 133, 1989

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 41 ed, 1994.

RAHMAN, Md Mizanur. **The US State-building in Afghanistan: An Offshore Balance?**. Jadavpur Journal of International Relations, v. 23, n. 1, p. 81-104, 2019.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. **Processo decisório de política externa e coalizões internacionais: as posições do Brasil na OMC**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, p. 69-98, 2000.

RIBEIRO, Gabriela. **Lula condena ultimato de presidente norte-americano a Saddam**. Agência Brasil - Empresa Brasil de comunicação, 2003. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-03-18/lula-condena-ultimato-de-presidente-norte-americano-saddam> Acesso em: 01/08/2022.

SACHS, JEFFREY. **Esta guerra é sobre o petróleo iraquiano**. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 2 fev. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0202200310.htm> Acesso em 29/07/222.

SCHMIDT, Brian C.; WILLIAMS, Michael C. The Bush doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus realists. **Security Studies**, v. 17, n. 2, p. 191-220, 2008.

SILVA, Luis Felipe Carnevalli da. **Do “neoliberalismo” ao “neodesenvolvimentismo”**: as representações sobre agenda macroeconômica do governo lula (2003-2010). 2019.

SILVA, Paulo Roberto da et al. **Origem e desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional: do padrão ouro à crise de 2008**. São Paulo, 2010.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

SUED, Ibrahim. **Jango não é mais o presidente constitucional**. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37663> acesso em: 30/07/2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 217-237, 2000.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa**. Revista brasileira de política internacional, v. 50, n. 2, p. 80-96, 2007.

THORSTENSEN, Vera Helena. **Impactos da crise econômica e financeira na regulação do comércio internacional**. 2012.

TOTA, Antonio Pedro. **HISTÓRIA DAS GUERRAS: SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**. 355-390 p. São Paulo, SP: Contexto, 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxyZTJoaXN0b3JpYXxneDoyNjQwMTFmOTExOWRjNTMy> Acesso em: 21 abr. 2022.

TORRES, Bárbara Benevides; DE MEDEIROS, Flávia Henriques Góes; PIMENTA, Gabriel Fernandes. **Relações Brasil-Estados Unidos (1961-1967): Os fatores domésticos e internacionais na transição da Política Externa Independente de João Goulart para o alinhamento de Castello Branco**. Dossiê História, Política e Relações Internacionais. e-hum, v. 12, n. 1, p. 50-63, 2020.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 34, p. 433-450, 2014.

VARGAS, João Augusto Costa. **Campanha permanente: a construção do substrato normativo da busca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília, 2008.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

VIEIRA, Rosângela de Lima. **Ecoss da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**/Rosângela de Lima Vieira (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto internacional, v. 29, p. 273-335, 2007.

VILLELA, André. **Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963)**. Economia Brasileira Contemporânea (1945–2004). Rio de Janeiro: Elsevier, p. 45-68, 2005.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A ALCA e seu sentido estratégico: desafio ao Brasil e ao Mercosul**. Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n. 3, p. 127-146, 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: O desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A vida após a morte: breve história mundial do presente pós “fim da história”**. n. 16. Rio de Janeiro, RJ: Revista Tempo, 2004. 35-57 p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1670/167017772003.pdf> Acesso em: 21 abr. 2022.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1994.

WESTAD, Odd Arne. **THE COLD WAR: A WORLD HISTORY**. New York, NY: Basic Books, 2017. 720 p.